

NATÁLIA DUTRA DE VASCONCELLOS

**PERSPECTIVAS DA CADEIA PRODUTIVA DE
PETRÓLEO E GÁS E O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Graduação em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira

Rio de Janeiro

2014

NATÁLIA DUTRA DE VASCONCELLOS

**PERSPECTIVAS DA CADEIA PRODUTIVA DE
PETRÓLEO E GÁS E O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Graduação em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ

Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ

Prof. Me. Robson Santos Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mapear os principais setores econômicos do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), dando ênfase àqueles que pertencem à cadeia produtiva do petróleo e gás. Com isso, buscou-se uma análise acerca do possível fortalecimento, diversificação e desenvolvimento da economia regional fluminense, a partir da dinâmica atual e dos investimentos previstos nessa cadeia. Do mesmo modo, também foram estudadas as políticas públicas que visam maior diversificação produtiva, a partir da extração do petróleo. O ERJ, por ser o principal produtor nacional de petróleo e gás natural, e ao mesmo tempo apresentar diversos gargalos econômicos e desigualdades regionais, constitui um interessante caso a ser analisado. Para a consecução da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da dinâmica econômica mais recente do ERJ e da cadeia produtiva do petróleo e do gás e uma análise de dados secundários, coletados nas principais instituições de pesquisa do Brasil e do ERJ. Apesar de a indústria do petróleo possuir grande poder de arrasto produtivo, a pesquisa revelou que sua inserção no território fluminense, por si só, não é capaz de desenvolvê-lo regional e socioeconomicamente, revelando a importância das políticas nacionais e regionais neste processo.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico. Desenvolvimento regional. Indústria do Petróleo e do Gás. Cadeia Produtiva de Petróleo. Estado do Rio de Janeiro. Políticas de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work aims to map the most important economic sectors from Rio de Janeiro's state, emphasizing those that are included in the oil and gas productive chain. With that in mind, an analysis of the current dynamic and foreseen investments of the oil and gas industry was accomplished to investigate the possible empowerment, productive diversification and development of Rio de Janeiro's economy. At the same way, the current public policies, that aim to achieve productive diversification, through the oil and gas industry, were analysed. As Rio de Janeiro state is the bigger oil and gas national producer and still have an economic gap and a large social injustice issue, it has a large potential to experiment an productive diversification, constituting an interesting study case. To accomplish this work a bibliographic research about Rio de Janeiro's more recent economic dynamic and about oil and gas productive chain was made, as well as a secondary data analysis from the most important Brazil's and Rio de Janeiro's research institutions. Despite oil and gas industry has a strong productive drawing power, the work shows it is not enough to make Rio de Janeiro state develop regional and socioeconomically, bringing the relevancy of the national and regional policies to this process.

Key-words: Socioeconomic Development. Regional and Urban Development. Oil and Gas Industry. Oil Productive Chain. Rio de Janeiro State. Development Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

APLs- Arranjos Produtivos Locais

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CENPES- Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello

CEPERJ- Centro Estadual de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

COMPERJ- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

DEAEX- Departamento de Estatística e Apoio à Exportação

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ERJ- Estado do Rio de Janeiro

ES- Espírito Santo

E&P- Exploração e Produção

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MG- Minas Gerais

MRJ- Município do Rio de Janeiro

PIB- Produto Interno Bruto

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

PO- Pessoal Ocupado

Procap- Programa de Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Avançado em Águas Profundas

PROMINP- Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

P&D- Pesquisa e Desenvolvimento

P&G- Petróleo e Gás

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais

RMRJ- Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SINAVAL- Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore

SL- Salários

SP- São Paulo

UF- Unidade da Federação

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UL- Unidades Locais

VAB- Valor Adicionado Bruto

VTI- Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL FLUMINENSE	5
1.1. Desenvolvimento Regional e Industrialização	5
1.2 Perfil Setorial e Regional do Desenvolvimento da Indústria Fluminense	15
1.3. Dinâmica Econômica do ERJ no Período de 1990 a 2012	24
2 CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GÁS E PERSPECTIVAS NO ERJ	40
2.1 Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás e Desenvolvimento Regional	40
2.2. Setor do Petróleo no ERJ	44
2.3 Mapeamento das Atuais Políticas de Diversificação Produtiva no ERJ e Perspectivas	52
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

A inserção da indústria do petróleo e gás em determinada região desperta grandes expectativas em relação a um possível avanço econômico. Além de ter como matéria um produto exaurível e de fundamental importância para o sistema energético mundial, esta indústria compreende atividades complexas, capazes de mobilizar desde setores de ponta até setores de baixo nível tecnológico, revelando-se potencial indutora de encadeamentos intersetoriais, capazes de desenvolver uma economia.

As descobertas de jazidas em um país, como o Brasil, trazem, portanto, novas perspectivas para a indústria interna, podendo se tornar uma alternativa para a redução das desigualdades regionais, se implementadas políticas públicas nesse sentido. Por outro lado, por se tratar de uma indústria extrativa, tem como risco o de se tornar um mero enclave regional, caracterizado por extrair a riqueza natural e atrofiar os demais setores da região em que está inserido.

O Brasil, até a década de 1970, possuía uma capacidade ínfima na produção de petróleo e gás. Entretanto, importantes descobertas foram realizadas, desde então, capazes de tornar o país um *player* relevante na indústria mundial do petróleo. O Estado do Rio de Janeiro (ERJ), por sua vez, foi cenário da primeira grande descoberta de jazidas com quantidades significativas de petróleo, capazes, inclusive, de tornar o país independente energeticamente. Em 1974, foi anunciada a descoberta de petróleo e gás na Bacia de Campos, na região norte fluminense, trazendo novas perspectivas em relação ao desenvolvimento regional.

Em 2003, novas descobertas foram realizadas, no ambiente do pré-sal, revelando quantidades mundialmente relevantes de petróleo e gás na costa brasileira. O subsolo oceânico provido de jazidas estende-se desde o litoral do Espírito Santo até Santa Catarina, englobando a região da Bacia de Campos. Apesar de ainda não provadas, tais reservas prometem elevar o país à posição dos maiores detentores de reservas de petróleo e gás do mundo. Tal cenário tem revelado expectativas otimistas em relação ao futuro da economia do país e do ERJ. Entretanto as recentes descobertas trazem

consigo diversos desafios, que devem ser superados para que o Brasil e o estado possam colher os frutos positivos que a indústria do petróleo tem a gerar.

Atualmente, o ERJ é o maior produtor de petróleo e gás do país, sendo responsável por 74,5% da produção nacional de petróleo e por 40% da produção nacional de gás, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP, 2012). A partir da relevância destes números, muitos autores, como Natal (2005), têm chamado atenção para uma possível “inflexão econômica positiva” no ERJ. A atividade petrolífera tem atraído grandes expectativas, em razão de seus efeitos encadeadores, que revelam alto potencial na geração de um processo de desenvolvimento regional. A prospecção e produção de petróleo no ERJ, portanto, contribui sobremaneira para o surgimento de um cenário otimista em relação ao futuro da economia fluminense, que por décadas perdera dinamismo e participação na produção nacional.

O estado fluminense apresenta indícios de recuperação de sua importância no cenário nacional. Giambigi e Urani (2011) apontam para uma mudança positiva da percepção do empresariado em relação ao futuro do ERJ e afirmam que os empreendimentos recentes geraram sua valorização, recolocando a área empresarial do estado na vanguarda do país. Segundo os autores citados, o governo estadual tem exercido papel fundamental para que as recentes mudanças ocorressem.

As indústrias que se inserem de alguma forma na cadeia produtiva de petróleo têm sido alvo de políticas públicas, que pretendem dinamizar a economia. Muitos setores puderam, com isso, se (re) estabelecer no território fluminense, dentre eles, a indústria naval. A indústria do petróleo emerge, portanto, como a grande indutora deste processo de crescimento, levando a crer que a economia fluminense tem, de fato, sofrido uma inflexão positiva, a partir desta atividade. As expectativas são otimistas, a ponto de falar-se não apenas no desenvolvimento do ERJ, mas também de todo o país.

Por outro lado, alguns estudos apontam para um possível processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportação fluminense, revelando que o desenvolvimento regional não ocorrerá de forma orgânica, devido a inserção da indústria de petróleo no estado. Para que isto ocorra seria essencial que houvesse inserção dos setores pré-existentes da região

nesse dinamismo e fossem estimuladas e estabelecidos encadeamentos entre as indústrias das diversas mesorregiões do estado, a partir de incentivos políticos capazes de tornar o crescimento sustentado.

A presente monografia busca, portanto, avaliar em que sentido caminham as transformações da economia fluminense, a partir da indústria do petróleo e gás, através do mapeamento dos principais setores econômicos do ERJ, com destaque para aqueles que compõem a cadeia produtiva do petróleo. A partir da análise da dinâmica econômica e das principais tendências de investimento, examinar-se-á a potencialidade do setor de extração de petróleo para o fortalecimento e/ou diversificação da estrutura produtiva e o desenvolvimento regional. Com isso, buscar-se-á evidenciar a necessidade de políticas públicas que promovam a diversificação produtiva e a maior integração inter-regional da referida cadeia produtiva.

O tema estudado demonstra-se, dessa forma, convergente com as questões abordadas no curso de graduação em Gestão Pública para Desenvolvimento Econômico e Social, onde está sendo proposto. A gestão pública possui, como seu objetivo final, o alcance do desenvolvimento econômico e social do país, em suas várias e distintas dimensões espaciais. O debate acerca da inserção da cadeia produtiva do petróleo no território fluminense e a sua contribuição para o desenvolvimento regional e urbano, por seu turno, geram grandes expectativas. O estado do Rio de Janeiro demonstra possuir grande potencialidade para tanto, à medida que constitui o maior produtor nacional de petróleo e gás e contém setores econômicos relevantes para o abastecimento da indústria do petróleo.

Desse modo, foi realizada uma revisão bibliográfica, acerca dos principais conceitos que envolvem a temática, como desenvolvimento regional e cadeia produtiva; da dinâmica econômica e da indústria fluminense; e das principais características e da dinâmica evolutiva do setor do petróleo no Brasil e no ERJ. Além disso, foi realizada uma pesquisa de dados secundários, a fim de identificar as principais características da economia e da indústria do petróleo fluminenses.

O trabalho encontra-se dividido em 2 capítulos, o primeiro aborda a economia e o desenvolvimento regional fluminense e o segundo as transformações e perspectivas da cadeia produtiva do petróleo e gás.

Em um primeiro momento, é primordial que seja estabelecido um entendimento acerca do conceito de desenvolvimento econômico. Dessa forma, no primeiro capítulo, foi feita uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento econômico, relacionando-o com a questão da indústria e evidenciando o papel do Estado neste processo. Na seção 1.2. realizou-se um estudo da dinâmica recente da economia fluminense, evidenciando as principais características de sua indústria e suas cadeias produtivas. Por fim, a seção 1.3 evidencia os principais dados acerca da economia fluminense, ao longo das últimas décadas, de modo a traçar seu perfil evolutivo.

O segundo capítulo, por sua vez, trata do setor do petróleo e gás e suas principais perspectivas no cenário fluminense. A primeira seção aborda as principais características da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás. Já a seção 2.2 trata da inserção deste setor no ERJ, de modo que seja possível identificar de que forma a indústria fluminense pode se beneficiar de seu desenvolvimento. A seção 2.3, por sua vez, trata das principais políticas que têm sido implementadas no país e no ERJ para o fortalecimento dos setores econômicos, a partir dessa cadeia.

1 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL FLUMINENSE

1.1.Desenvolvimento Regional e Industrialização

A partir do momento em que a indústria do petróleo emergiu, no Brasil, logo foi apontada como uma importante alternativa para o alcance do desenvolvimento econômico do país. Para analisar se o processo pelo qual as economias fluminense e brasileira vêm passando constitui uma trilha rumo ao desenvolvimento é indispensável uma discussão sobre o que se entende como sendo tal processo. De modo geral, os debates envolvendo o tema são diversos e nem sempre convergentes. Dessa forma, esta seção apresenta distintas visões sobre o conceito de desenvolvimento, evidenciando uma linha de pensamento que guiará a presente pesquisa.

As grandes discussões conceituais sobre o desenvolvimento foram marcantes no período pós II Guerra Mundial, uma vez que o mundo buscava superar as mazelas e desafios que assolavam diversas nações, como reconstrução econômica, desemprego, miséria, discriminação racial e desigualdades políticas, econômicas e sociais. A partir de então, surgem teorias de desenvolvimento, envolvendo, não apenas aspectos quantitativos, mas também questões qualitativas e sociais.

Tais debates impulsionaram uma discussão acerca da distinção entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, afinal este deixa de ter fim no crescimento econômico, a partir do momento que envolve questões mais amplas. As ideias envolvendo o tema ganham novas e complexas perspectivas e a visão de desenvolvimento sob o prisma meramente econômico torna-se insuficiente para sua definição.

O pretérito entendimento de que o desenvolvimento econômico seria “(...)basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961 apud OLIVEIRA, 2010, p.39), desconsidera a importância da dimensão social.

A visão, defendida pelos cepalinos e de orientação crítica, como Raul Prebisch e Celso Furtado, considera a relevância do crescimento, como

condição indispensável para o desenvolvimento, mas não como suficiente para seu alcance.

Divergindo de autores de tradição clássica e neoclássica, que consideravam crescimento como sinônimo de desenvolvimento, os economistas críticos defendem a distinção entre os dois termos. “Enquanto este (crescimento) era entendido como um processo de mudança ‘quantitativa’ de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança qualitativa de uma estrutura econômica e social” (SCATOLIN 1989 apud OLIVEIRA, 2010, p. 41).

O crescimento, como incremento positivo no produto e na renda seria o meio para a satisfação das variadas necessidades da sociedade, tais como: saúde, educação, lazer, habitação, dentre outras. Este constitui, portanto, requisito indispensável para a superação da pobreza e melhoria das condições de vida.

O crescimento econômico quando desacompanhado de mudanças estruturais sociais e econômicas, permite o surgimento de desigualdades e concentração de riquezas. Segundo Brandão (2007) o crescimento, por si só, camufla interesses e preserva privilégios de poucos, enquanto que desenvolvimento exige revelações e fricção de interesses.

A partir da década de 1950, os países subdesenvolvidos iniciaram uma busca pelo desenvolvimento, através de processos de industrialização, tendo em mente a sinonímia de ambos os termos. À exemplo de tal movimento, tem-se, no Brasil, as políticas de industrialização via substituição de importações, entre as décadas de 1950 e 1970.

O citado processo, entretanto, não se revelou capaz de induzir o desenvolvimento econômico do país, à medida que o crescimento ocorreu de forma concentrada. Este fenômeno emerge, uma vez que a industrialização não ocorre em todas as regiões de forma homogênea, a um só tempo. Dessa forma, o processo, que deveria induzir o desenvolvimento, pode acentuar desigualdades entre países e regiões.

Ao mesmo tempo em que há incrementos positivos na produção e na renda, o crescimento industrial, se não acompanhado por transformações estruturais (sociais, políticas, regionais e urbanas), distancia-se do desenvolvimento.

Cano (1985) faz uma ponderação acerca desse processo nas regiões industrializadas do Brasil: “a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais (...) e muitas favelas.”(CANO, 1985 apud OLIVEIRA, 2010 p. 45).

Tal ponderação é primordial para a presente pesquisa, pois revela que nem todo crescimento industrial é capaz de desenvolver uma economia. Dessa forma, torna-se claro que o crescimento da indústria de extração de petróleo em um território não é, por si, condição única e garantidora de um processo de desenvolvimento, apesar de revelar potencialidades. Afinal, como aponta Celso Furtado “o desenvolvimento não é uma fatalidade”. Além do nível de crescimento, há outros fatores primordiais para que uma região/país seja capaz de se desenvolver, como a forma pela qual os frutos do progresso são distribuídos e de que maneira este influencia a vida da sociedade.

Por outro lado, uma indústria relevante, como a do petróleo é capaz de gerar diversos encadeamentos produtivos na economia em que está inserida. Segundo Hirschman (1977), investimentos com alto grau de complementaridade intersetorial são extremamente relevantes para o desenvolvimento de um país/região, pois potencializam economias externas. O autor aponta que uma indústria central é capaz de gerar efeitos para trás e para frente, formando uma cadeia interindustrial.

Tal argumentação, baseada nas matrizes de insumo-produto de Leontief, busca evidenciar a importância dos efeitos de complementaridade para a aceleração do crescimento de uma economia. A partir de encadeamentos para trás (*backward linkage*), uma indústria passa a demandar produtos de outras empresas, induzindo a ampliação e/ou criação de setores diversos. Por seu turno, os encadeamentos para frente representam a oferta de produtos da indústria “central” que é absorvida por outras e não pelo consumidor final.

Hirschman (1977) defende que a escolha por investimentos que combinam encadeamentos para trás e para frente é fundamental para o processo de desenvolvimento. Por isso, considera como sendo estratégicos

aqueles setores capazes de gerar grande quantidade de vínculos intersetoriais e de acelerar o crescimento econômico.

A partir dessa perspectiva a inserção de uma indústria em determinada localidade, constitui grande impulso para o processo de desenvolvimento, à medida que gera diversos efeitos dinamizadores. Além de gerar emprego e renda, a indústria atrai o capital e outros empreendimentos para a região onde é implantada, devido aos efeitos citados. Myrdal (1968) trata esse fenômeno como “causação acumulativa”, isto é, uma mudança primária induzindo efeitos acumulativos, como em um círculo vicioso.

Dessa maneira, a implantação de uma indústria geraria efeitos favoráveis à expansão e criaria economias externas, de forma contínua. Tais efeitos, denominados propulsores, se propagariam do centro de expansão para as demais regiões, como em um movimento centrífugo. Seja provendo a indústria de insumos, seja abastecendo a região expansionista com produtos agrícolas, o entorno dos pontos de expansão se beneficiariam com o progresso do centro, estimulando, assim, o desenvolvimento de diversas áreas.

Entretanto, o movimento expansionista em determinada região tende a produzir, também, “efeitos regressos” em outras. Enquanto o centro econômico possui alto grau de atração de capital, de investimentos e de população economicamente ativa, outras localidades sofrem com a evasão de mão-de-obra e capital, que são deslocados para os centros de expansão. Tal efeito, torna evidente a tendência do crescimento industrial acentuar as desigualdades econômicas regionais de um país.

Para Myrdal, sem políticas que impeçam tal movimento, a tendência do livre jogo das forças do mercado, sem intervenção estatal, é de aumentar as desigualdades. Logo, as regiões beneficiadas pelo processo de industrialização se desenvolveriam, enquanto as demais áreas do país permaneceriam desassistidas e estagnadas, podendo até sofrer perdas, caso não houvesse uma intervenção externa a esse movimento. Tal efeito, gerador de desigualdades regionais, só pode ser detido através de mudanças compensatórias, capazes de enfraquecer o movimento acumulativo de determinado fenômeno inicial. Esse cenário torna-se ainda mais agravante

quando se trata de um país subdesenvolvido, como o Brasil, à medida que um baixo nível de desenvolvimento econômico vem acompanhado por grandes desigualdades, em diversos âmbitos.

[...] Se as forças de mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas, que na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado. (MYRDAL, 1968, p. 52)

A inserção de determinado empreendimento em uma localidade promove sua expansão e evidencia uma característica inevitável do crescimento: seu desequilíbrio, no sentido geográfico. Não é possível que o progresso ocorra de forma homogênea e ao mesmo tempo em todas as regiões.

Além disso, a tendência de concentração espacial do crescimento econômico é muito forte, à medida que um investimento inicial tem alto poder atrativo.

[...] Assim, os investidores gastam um tempo enorme açambarcando todas as oportunidades que surgem ao redor dos 'pólos de crescimento', desconsiderando as que já poderiam existir ou mesmo as que se poderiam criar em outros lugares (...) nada traz tanto sucesso como o sucesso. (HIRSCHMAN, 1977, p.37)

De acordo com Hirschman (1977), a confiança nas possibilidades geradas pelos polos de crescimento são, frequentemente, superestimadas pelos empresários. De fato, um centro expansionista potencializa economias externas, entretanto a concentração de investimentos em uma única região possui consequências negativas, como o congestionamento dos centros urbanos, surgimento de favelas e expansão da população marginalizada, em contraste com a evasão populacional de regiões consideradas estagnadas.

Como resultado, o país permanece dividido entre regiões progressistas e atrasadas. Contudo, o crescimento em determinada parte do território também pode gerar efeitos favoráveis de fluência para as demais regiões. Para que isto ocorra, é primordial que haja complementariedade

entre as diversas economias do país, ou seja, o centro de expansão deve ser capaz de gerar encadeamentos com setores de outras localidades, a ponto de fortalecê-los e desenvolvê-los.

Para que o crescimento econômico potencialize a redução de desigualdades sociais e regionais do país como um todo, a interferência do Estado é indispensável. À medida que a tendência dos empresários é de investir em centros desenvolvidos e os efeitos das forças de mercado são extremamente desequilibrantes, as políticas públicas exercem um papel primordial na contenção destes efeitos e na geração de encadeamentos externos, a partir de ações compensatórias.

Como o empresariado possui forte tendência de concentrar o investimento, acentuando ainda mais as distorções econômicas existentes nas localidades estagnadas, ao Estado caberia a missão de transmitir o crescimento das regiões progressistas às economias depreciadas, promovendo os efeitos de propulsão do desenvolvimento do centro.

Tal ideário surge a partir das teorias de John Maynard Keynes, que iniciaram uma revolução no pensamento econômico, a partir de 1930, com o argumento de que o jogo das forças de mercado tendem a desequilibrar a economia, tendo em vista a instabilidade sistêmica. Keynes defendia a intervenção estatal como meio para a estabilização da economia, permitindo a condução de projetos de desenvolvimento, capazes, não apenas de expandir o produto e o emprego, mas também de minimizar desigualdades sociais.

O período pós II Guerra Mundial é marcado pela disseminação das políticas econômicas keynesianas, através da afirmação do Estado como agente político e econômico, responsável por conduzir o processo de desenvolvimento. O planejamento emerge como técnica inerente à aplicação de políticas, não mais exclusivamente para o sistema socialista, como também para países capitalistas. As décadas de 1960 e 1970 são marcadas, na América Latina, pela presença do Estado como principal planejador do processo de desenvolvimento econômico. Já nas décadas de 1980 e 1990, surgem ideias de fundamentos neoclássicos, rejeitando o planejamento estatal e defendendo a livre ação do jogo das forças de mercado. Segundo esta perspectiva, a ação do Estado estaria sendo prejudicial aos setores

privados e deveria, simplesmente, auxiliá-los, através de incentivos, redução de exigências, dentre outros meios, para que o capital privado, a partir de seus investimentos, promovesse o desenvolvimento das regiões. O Brasil experimenta políticas neoliberais na década de 1990, com a chegada de Fernando Collor ao poder (PIQUET, 2007).

O pensamento neoliberal de que a função da política econômica consiste na mera geração de ambientes atrativos para o investimento privado, entretanto, torna-se extremamente prejudicial para o desenvolvimento do país. As políticas neoliberais criam um clima de acirrada competição entre as regiões e cidades, com os diferentes governos locais estimulando uma verdadeira guerra com vistas a atrair investimentos.

A fim de ganhar a preferência das empresas, os governos tendem a baixar custos tributários e conceder subsídios, sem exigência de compensações. Dessa forma, as regiões, que deveriam estabelecer pré-requisitos para a instalação de setores econômicos em seus territórios, como absorção de trabalhadores locais, passam a sofrer diversas exigências do empresariado. Tais medidas prejudicaram sobremaneira o desenvolvimento de muitas áreas, à medida que as empresas não eram obrigadas a cumprir as condições necessárias e, muitas vezes, ainda deixavam de contribuir com tributos, comprimindo as receitas orçamentárias dos entes.

Além disso, tal fenômeno desconsidera a perspectiva do desenvolvimento nacional. No lugar de questões sobre desigualdades inter-regionais, carência de equipamentos urbanos coletivos e racionalização do uso do solo, entram em cena questões locais para a atração de investimento, remetendo a questão regional urbana ao campo da competitividade. Dessa maneira, o nacional é substituído pelo local e o planejamento pela gestão.

[...] Atualmente os termos urbanos passam pelas políticas de gestão empreendedora de um espaço urbano dado, utilizando-se mais as lentes do marketing, da competitividade, da administração (privada), dos cenários prospectivos estratégicos, do que os da sociologia, do urbanismo, da economia política, entre outros. (BRANDÃO, 2004, p. 59)

A ideia de que os governos locais seriam capazes, por si só, de resolver as questões que assolavam as regiões, como desemprego, concentração de renda e a miséria, dentre outras tantas, é simplória. Através

de evidências empíricas é possível concluir que as políticas neoliberais não promovem o desenvolvimento, mas acentuam as desigualdades de renda entre países e regiões.

Grandes empreendimentos geram diversos impactos não apenas sobre as regiões onde são instalados. Logo, a ação de uma força compensatória, advinda do poder do Estado, se faz indispensável. Mudanças na estrutura populacional, no emprego, na organização territorial, no quadro político e, até mesmo, na cultura, são observadas a partir da instalação de um grande projeto em uma região, demonstrando a relevância do papel estatal neste processo.

Um grande empreendimento gera uma profunda dicotomia na região onde é implantado: apesar da geração de emprego local, não raro, é possível observar a absorção de trabalhadores externos. À medida que estes projetos demandam mão-de-obra qualificada, a população local permanece alheia ao crescimento e os benefícios mantêm-se concentrados, não se difundindo para a região. Com isso, surgem áreas residenciais e de consumo de alto padrão para atender os trabalhadores inseridos no empreendimento, concomitantemente à expansão de bolsões de pobreza urbana, ocupados pela população que permanece alheia ao processo.

Os pequenos e médios municípios, e os próprios governos estaduais, por sua vez, não têm demonstrado capacidade para resolver essas e outras questões, inerentes ao processo de crescimento. O limitado poder de barganha destes entes políticos perante o grande empresariado, associada a ausência de um planejamento nacional de desenvolvimento, impede a superação deste cenário. Em relação à indústria do petróleo no estado do Rio de Janeiro, Piquet e Serra afirmam:

[...] o potencial de benefícios ou malefícios que possa causar será função do grau de desenvolvimento das forças produtivas do país, da importância atribuída a estratégias de saída do subdesenvolvimento e ainda dos contextos políticos nacional e internacional. (PIQUET; SERRA, 2007, p. 22)

Dessa forma, torna-se evidente que, dificilmente, medidas descentralizadas de governos locais possibilitarão a superação de desigualdades intra e inter-regionais. Para que a coesão nacional seja

alcançada, as forças políticas devem contribuir para a transmissão do crescimento, unindo as diversas regiões e repelindo o separatismo, gerado pela acirrada competitividade. Apenas um planejamento nacional/regional é capaz de romper a estagnação das regiões subdesenvolvidas do país.

Segundo Hirschman, “ a alocação regional dos investimentos públicos é a maneira mais óbvia pela qual a política econômica influencia as taxas de crescimento das diversas regiões do país” (HIRSCHMAN, 1977, p. 42). Logo, é indispensável uma análise acerca dos principais padrões de distribuição regional dos investimentos públicos: dispersão, concentração em áreas de crescimento e tentativas de promoção do desenvolvimento de áreas atrasadas.

Os investimentos públicos possuem alto grau de importância na política econômica, à medida que exercem decisivos impactos nas regiões em que são inseridos. A construção de uma estrada em determinado local, por exemplo, influencia diretamente sua dinâmica econômica, uma vez que atrai novos empreendimentos e promove aproximação desta com outras áreas. O investimento público tem, portanto, um grande poder político. Ao investir em determinada localidade, o governo ganha apoio e se fortalece. Dessa forma, Hirschman (1977) argumenta que o esforço de investimento tende a ser disperso, alcançando quanto mais regiões possíveis. Atualmente, esta tem sido a tendência dos investimentos governamentais, não só no Brasil, como nos demais países subdesenvolvidos.

Por outro lado, a concentração de investimentos públicos em áreas de crescimento acentua sobremaneira as desigualdades regionais. Além de as áreas desenvolvidas possuírem uma necessidade decrescente por investimentos governamentais, devido à forte relação do setor privado com essas regiões, a canalização dos investimentos para as áreas, comparativamente, desenvolvidas do território nacional, relega os locais estagnados e impede o desenvolvimento de igualdade e coesão nacional.

Os esforços no sentido de desenvolver áreas depreciadas do país/região são primordiais para o avanço de um processo de acumulação endógeno, que permita o fortalecimento da divisão territorial do trabalho, e reduza o grau de dependência externa e a heterogeneidade estrutural. Ao se pensar o desenvolvimento de uma região, como o estado do Rio de Janeiro,

por exemplo, é necessário que se busque uma visão integrada da economia, envolvendo a complementariedade entre os setores das diversas mesorregiões. A mera soma de iniciativas isoladas impede a coordenação do território como um todo.

Segundo Sobral (2012), o Estado tem, portanto, o papel de coordenar macrodecisões estratégicas, com o objetivo de integrar as atividades produtivas territorialmente. Uma ação coordenada do governo evita as perdas de potencial produtivo, à medida que desencadeia articulações dinâmicas no mercado nacional. A visão compartimentalizada, por sua vez, revela disputas entre localidades e tende a formar um tecido social esgarçado e de largas carências.

No âmbito da guerra fiscal, o Estado se mostrou relativamente mais fraco, frente ao poder de negociação das empresas multinacionais, de modo que, para atrai-las para determinadas localidades, passou a subsidia-las, sem a contrapartida necessária para que as disparidades sociais fossem superadas, revelando um mero mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor privado. Além disso, tais medidas estimularam o conflito federativo. Os entes passaram a ser competidores, inibindo o surgimento de um cenário solidário entre as regiões da nação e afastando a ideia de integração regional.

Dessa forma, é possível concluir que a desconcentração territorial produtiva não é suficiente para gerar complementariedade inter e intra-regional, se formulada de maneira descoordenada e na ausência de um projeto de integração. Adotando-se a perspectiva localista, o que se tem são políticas locais de desenvolvimento autônomo, altamente excludentes e preservadoras da perversa dinâmica de heterogeneidade estrutural.

Visto que a incompletude é uma característica marcante das economias subdesenvolvidas, políticas baseadas no localismo são incapazes de superar esta condição e tornar a economia autônoma. Além disso, é importante ter em mente, que as economias locais sofrem interferência de agentes exógenos, não podendo isolar-se das demais regiões, nem de vontades externas ao local. Logo, a superação do subdesenvolvimento deve ser pensada no quadro de um projeto político integrador. “ (...) sem uma ação de choque do Estado visando à reconstrução de estruturas, a determinar em

cada caso, tenderia a perpetuar-se um ‘equilíbrio de subdesenvolvimento’” (FURTADO, 2000, p.30).

Atualmente, entretanto, o Brasil tem sido palco de diversas mudanças, que vêm ocorrendo na ausência de um planejamento de desenvolvimento nacional ou regional. A economia fluminense, em específico, tem sido receptora de diversos investimentos caracterizados pela dispersão e fragmentação, e pela subestimação das questões urbanas e regionais. Em suas análises Araújo (2013) aponta, inclusive, para um movimento de reconcentração regional da atividade econômica.

Para que seja possível analisar se o estado do Rio de Janeiro caminha para o desenvolvimento com transformação estrutural, a próxima seção consiste em uma análise sobre o desenvolvimento regional do estado. Tal análise torna-se imprescindível para a pesquisa, à medida que permite concluir se a indústria do petróleo está induzindo o desenvolvimento produtivo regional ou se consiste em um mero enclave, capaz de elevar as taxas de crescimento, porém inábil a romper com a heterogeneidade estrutural e as desigualdades sociais.

1.2 Perfil Setorial e Regional do Desenvolvimento da Indústria Fluminense

O estado do Rio de Janeiro possui uma dinâmica econômica singular, devendo ser analisado de acordo com suas especificidades históricas e estruturais. Esta seção pretende, portanto, traçar uma linha temporal, evidenciando as principais características da economia fluminense e sua dinâmica no contexto econômico nacional, tendo por base uma síntese das informações e análises de SILVA (2012), SOBRAL (2007), PIQUET (2007), GUEDES DE JESUS (2013), ALCANTARA (2005), e PINHEIRO E VELOSO (2012).

O primeiro período analisado vai de 1930 à 1980 e é marcado pelas políticas de desenvolvimento nacional e crescimento econômico, tanto no país como no ERJ. Já a década de 1980, conhecida como “década perdida”, constitui o segundo marco, devido ao rompimento com o processo de crescimento experimentado até então. O intervalo de 1990 a 2002 será

analisado separadamente, devido à retomada do ritmo expansivo da economia fluminense. Por fim, o período atual será tratado, a partir de importantes mudanças estruturais que a economia nacional vem sofrendo, desde 2003.

A economia fluminense é uma das mais relevantes do país, sendo atualmente a segunda em termos de participação no PIB nacional, atrás somente de São Paulo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011). Historicamente, entretanto, o Rio de Janeiro tem oscilado entre processos de expansão econômica e outros de redução do crescimento relativo à economia nacional.

Apesar de ter constituído a primeira e mais diversificada estrutura urbana do país, o estado fluminense possui uma formação socioeconômica problemática e desarticulada, com uma malha urbana esgarçada, repleta de vazios, em contraste com esparsas áreas densamente ocupadas. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de o município do Rio de Janeiro ter sido sede do governo federal por quase duzentos anos (1763-1960), recebendo a instalação de uma forte estrutura administrativa no seu espaço, porém, tal crescimento não foi indutor do desenvolvimento das demais regiões do estado. Assim como no Brasil, o desenvolvimento interno do Rio de Janeiro se deu de forma desigual e concentrada.

Além disso, há outros aspectos da economia fluminense que muito se assemelham aos da economia brasileira. Entre 1930 e 1980, tanto o país, como o estado experimentaram forte crescimento, resultante dos investimentos estatais no setor industrial. Estes, entretanto, foram concentrados, principalmente, na região Sudeste, e acompanhados de injustiças regionais, delineadas, segundo Brandão (2012), pela divisão espacial do trabalho. Como será tratado adiante, o resultado disto foi a constituição de uma economia metropolitana relativamente independente da situação de sua hinterlândia.

No período citado, é possível observar não apenas o crescimento e a modernização da economia capitalista fluminense, como também sua perda de importância em relação ao crescimento do país. A partir de 1930, destacam-se no ERJ investimentos estatais, ligados à indústria de base e de bens intermediários, enquanto São Paulo se destacava com a implantação de

setores de ponta. Mais especificamente, foram beneficiados, no Rio de Janeiro, os setores: metalúrgico, mecânico, de material elétrico e comunicação, de material de transportes, químico, alimentício, e editorial e gráfico (SILVA, 2012).

Tais investimentos foram resultado, quase que exclusivamente, da ação estatal, tendo o capital privado uma participação ínfima, devido à constituição de uma elite patrimonialista, rentista e acomodada em relação às questões regionais, no território fluminense. Dessa forma, as medidas do governo federal para expandir as diversas regiões do país com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre 1975-1979, associadas à transferência da capital do país para Brasília, em 1960, ocasionou a redução dos investimentos no Rio de Janeiro e a deterioração da situação fluminense, que, em 1980, passou a apresentar taxas de crescimento inferiores à média nacional (SILVA, 2012).

Apesar de muitos acreditarem que os esforços de desconcentração produtiva do II PND pudesse constituir uma recuperação alternativa da economia fluminense, que, de fato, experimentou a interiorização dos investimentos e, conseqüentemente, uma expansão industrial, a cidade do Rio de Janeiro não foi capaz de acompanhar tal crescimento, gerando um descompasso entre as taxas de expansão do interior fluminense e de sua Região Metropolitana (SILVA, 2012).

Embora o interior do estado tenha experimentado um crescimento relativo, o fato de a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) ter sido um espaço pioneiro de vários setores, impossibilitou que seu crescimento acompanhasse a expansão das demais regiões, resultante da integração nacional. A obsolescência da indústria carioca em relação às de indústrias mais recentes de outras regiões do país, aliada à ausência de espaço físico na cidade para a implementação de novos setores, tornou-a um local repleto de atividades manufatureiras pretéritas e a levou a apresentar taxas decrescentes de participação na produção nacional e estadual (SILVA, 2012).

Além disso, como visto anteriormente, a ausência de setores de ponta no estado fluminense contrasta com o despontamento de São Paulo. Enquanto aquela economia especializava-se em setores intermediários e de base, a indústria paulista foi extremamente beneficiada pelo modelo de

expansão adotado pelo país, no período em análise, constituindo uma diversificada estrutura produtiva e internalizando setores tecnológicos de ponta. Dessa forma, restou à indústria fluminense, que em 1940 era o estado mais industrializado do país, um papel de complementariedade e subordinação aos setores paulistas, já em 1950 (PINHEIRO; VELOSO, 2012).

Em 1980, ocorre a ruptura do padrão de crescimento estabelecido pelo processo de industrialização nacional e o Brasil experimenta um cenário de hiperinflação, desequilíbrio externo e baixo crescimento da renda nacional, em contraste com os 50 anos anteriores. Segundo Silva (2012), enquanto nos anos 1970, o crescimento do PIB brasileiro foi de 7%, nos anos 1980, o PIB médio reduziu para 2%. O Rio de Janeiro, por sua vez, acompanhou esse ritmo da economia brasileira, permanecendo em sua trajetória de redução de participação na produção nacional.

O crescimento do PIB fluminense permanece praticamente estagnado no período de 1980 a 1990. Segundo dados de Silva (2012), entre os citados anos, houve redução da produção da indústria de transformação do ERJ, que experimentou a perda de sua importância relativa à nacional de 10,1%, em 1980, para 9,5%, em 1985.

Enquanto isso, a descoberta de petróleo na bacia de Campos (1974) apresentava seus efeitos, tornando a produção petrolífera extremamente relevante para a economia fluminense. De acordo com Silva (2012), o crescimento da indústria extrativa foi de 1,4%, em 1980, para 13,3% em 1985. Já a indústria de transformação voltou a crescer, entre 1985 e 1990, e sua taxa passou de 9,5% para 10,2%. Porém, tal expansão é considerada incipiente se comparada à da indústria extrativa.

Como consequência, a partir de 1990, é possível observar um aumento do ritmo expansivo do PIB estadual em relação à média nacional. Este cenário tem remetido diversos autores a defender uma possível “inflexão positiva” da economia fluminense. No início da década de 2000 esta expectativa é intensificada com a descoberta de jazidas na camada do pré-sal, à medida que 70% das áreas deste campo estão localizadas no litoral fluminense. Entretanto, para uma análise mais completa da dinâmica econômica do estado, é necessário que outros fatores sejam considerados.

De acordo com a GAZETA MERCANTIL (2000 apud ALCANTARA, 2005), o desempenho positivo da economia fluminense pós 1990 não ocorreu de forma generalizada, mas concentrada em setores específicos, ligados à indústria do petróleo ou a segmentos mais dinâmicos do setor de serviços. A já desarticulada indústria de transformação fluminense, marcada pela desestruturação de importantes setores, como o naval, metalúrgico e químico, sofreu as consequências da abertura econômica, realizada pelo governo de Fernando Collor, nos anos 1990. A significativa redução das tarifas alfandegárias, levou a uma expressiva redução dos postos de trabalho e ao fechamento de relevantes empresas no Brasil, em razão da forte concorrência internacional.

De fato, o estado do Rio de Janeiro experimentou crescimento ou, ao menos, o “estancamento” do processo de perdas de participação na economia nacional, a partir de 1990, devido à expansão do setor industrial. Apenas um setor, entretanto, foi o responsável por esse comportamento: o petrolífero. A atividade extrativa experimenta um acelerado e contínuo crescimento de produção, enquanto a indústria de transformação é caracterizada pela continuidade ou pelo agravamento do pífio desempenho de alguns setores; e por investimentos em setores relacionados à cadeia produtiva do petróleo (SILVA, 2012).

A partir de 2003, tanto o cenário nacional como o internacional colaboram para o crescimento econômico do país. O aumento da demanda externa por recursos naturais brasileiros impulsionado, principalmente, pela demanda chinesa, o anúncio de diversos investimentos no ERJ relacionados aos megaeventos (Copa do Mundo, em 2014 e Olimpíadas, em 2016) e as perspectivas positivas em relação à indústria do petróleo, revelaram mudanças na estrutura produtiva estadual e geraram grandes expectativas para o crescimento econômico do estado.

Um diagnóstico acerca de recuperação econômica, entretanto, seria precipitado, se baseado apenas no aumento da participação do PIB fluminense no produto nacional. Para afirmar que a estrutura econômica fluminense percorre um caminho rumo ao desenvolvimento, é preciso avaliar se esta tem sofrido uma diversificação capaz de gerar encadeamentos intersetoriais ou se segue rumo à especialização.

De acordo com Silva (2012), sozinho, o PIB da bacia de Campos supera o PIB de todo o restante do interior fluminense sem petróleo e mais de 75% das exportações estaduais do período de 1996 à 2008, correspondem à comercialização de petróleo e seus derivados. Ainda segundo esse autor, enquanto a indústria extrativa se expandiu a altas taxas de crescimento (290% entre 1991 e 2008), diversos setores apresentaram redução, como é o caso da indústria de transformação, alimentos, têxtil, farmacêutica perfumaria, produtos químicos, e borracha e plástico.

Tais dados apontam para um possível processo de desindustrialização no território fluminense. Apesar dos movimentos de implementação, modernização e recuperação de alguns setores, como o naval, a partir de 1990, o que se observa é uma forte especialização de algumas regiões, tornando a geração de renda e emprego muito dependentes destes setores. Os únicos que cresceram acima da média nacional, no ERJ, foram os setores minerais não metálicos, extrativo, e bebidas e veículos automotores, o que evidencia a carência de uma economia diversificada, que possibilite a formação de encadeamentos dinâmicos e de redes urbanas mais sólidas (SILVA, 2012).

Desconsiderando a economia do petróleo, as indústrias de maior destaque do território fluminense estão localizadas na região norte, médio-paraíba e serrana. Apesar de existir alguma dinamização entre essas, a região fluminense é caracterizada pela alta especialização industrial, por um espaço econômico heterogêneo e por possuir indústrias fragilmente integradas. Há mais articulação com setores de fora do Rio de Janeiro do que com os setores internos. Tal fato é verificável no baixo grau de articulação entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o seu interior e na formação de setores “enclaves” no estado (SOBRAL, 2007).

À título de exemplo, Sobral (2007) defende que a aglomeração de Volta Redonda, que comporta a indústria fluminense de transformação que mais cresceu entre 1991 e 2008, a automobilística, sequer pode ser considerada uma extensão da aglomeração carioca, devido à ausência de complementariedade entre as atividades produtivas das diversas regiões do estado. Segundo Sobral (2007), é mais possível que a indústria de Volta

Redonda seja articulada com a indústria metal- mecânica de São José dos Campos (SP) do que com outra fluminense.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por sua vez, possui uma indústria mais diversificada e articulada. Apesar disto, também é possível observar uma forte concentração produtiva e desigualdade entre seus municípios. A metrópole fluminense possui um produto industrial altamente concentrado, sendo grande parte oriundo do município de Duque de Caxias. As indústrias metropolitanas que mais se destacam no Rio de Janeiro são: gráfica, química, farmacêutica, alimentos, bebidas, petroquímica e têxtil. O setor terciário, entretanto, é o mais importante da economia da RMRJ (SILVA, 2012).

Em 2008, quase todos os municípios do interior da RMRJ possuíam, no mínimo, um terço da sua estrutura econômica representada pela Administração Pública, demonstrando a alta dependência por este setor. A estrutura industrial metropolitana não tem se mostrado capaz de gerar efeitos indutores expressivos, a ponto de estabelecer articulações com a indústria do interior e promover maior integração regional. Os diferentes perfis consolidados durante a industrialização nacional (indústria metropolitana diversificada e interiorana especializada) impedem o estabelecimento de encadeamentos robustos entre os setores da RMRJ e do seu interior (SILVA, 2012; SOBRAL, 2007)

À medida que a expansão industrial do interior fluminense se deu a partir do processo de industrialização nacional, os setores ali implantados tinham como objetivo principal atender às demandas “nacionais” e não regionais. Dessa forma, os investimentos industriais do interior fluminense foram marcados por medidas pontuais e pela implantação de estruturas tecnologicamente modernas, voltadas para o exterior do estado. Não seria estranho supor, portanto, que os setores do interior fluminense muito se assemelhem a enclaves para o estado, pois a ausência de um espraiamento produtivo significativo impede o desenvolvimento de redes urbanas articuladas e torna a divisão do trabalho limitada. Segundo Sobral (2007), a tendência de especialização estrutural do interior fluminense é resultado de esforços descoordenados e torna a economia altamente vulnerável.

A região do Médio Paraíba, como visto, recebeu diversos investimentos, possuindo atualmente uma das estruturas industriais mais relevantes do ERJ, porém fragilmente articulada com os setores regionais. Entre 1996 e 2006, a região recebeu 31 novas unidades produtivas, essencialmente dos setores automobilístico, siderúrgico e metalúrgico. Tais investimentos, entretanto, não foram resultado de um plano de desenvolvimento integrador, mas sim de incentivos fiscais ou demandas exógenas à região fluminense. A implementação da indústria automobilística no município de Resende (Wolkswagen, PSA Peugeot e Citroen) se deu sob a redução tributária, com o intuito de desenvolver a região (SOBRAL, 2007).

O dinamismo atual das indústrias metalúrgica e siderúrgica, localizadas nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, por sua vez, deve-se ao crescimento do mercado mundial, fortemente influenciado pelo desenvolvimento da economia chinesa. A estrutura do sul fluminense poderia, de certa forma, estimular uma maior articulação urbana, setorial e regional, entretanto a trajetória percorrida até hoje fora marcada pela incapacidade dessa estrutura promover uma maior integração entre o sul e outras regiões do interior fluminense. A metalurgia e a siderurgia do Médio Paraíba, inclusive, já foi grande fornecedora da indústria naval do ERJ, entretanto, a partir da crise deste setor (1980-1990), o principal demandante da indústria do sul fluminense passou a ser a China.

A região da Costa Verde consiste em mais um exemplo de indústria especializada e pouco articulada com os setores das demais regiões do estado fluminense. Apesar de comportar o principal polo de construção naval, não só do ERJ, como do Brasil, Angra dos Reis possui uma indústria naval fragilizada no que se refere à promoção de encadeamentos para outros setores produtivos do estado e da região. Embora, a indústria, que sofrera duro regresso na década de 1980, tenha conseguido recuperar suas atividades, graças a incentivos políticos e às demandas da Petrobrás, o setor naval ainda não tem gerado encadeamentos para outros setores.

As demais atividades da região, como o terminal da baía de Ilha Grande e o Complexo Nuclear possuem influência limitada na economia local e também se comportam como enclaves para a região. Itaguaí constitui outro município de destaque da região da Costa Verde. A expansão dessa

economia, entretanto, segue a lógica de expansão da RMRJ, da qual fazia parte até começo da década de 2000. A proximidade deste município com a capital fluminense e sua função portuária com o porto de Sepetiba, o segundo maior do estado, constituem, portanto, as principais bases produtivas da região.

As regiões Serrana e Centro-Sul, apresentam mais uma gama de investimentos dispersos e pulverizados. Os principais setores daquela economia são os de bebidas e metais não metálicos, que demandam baixa tecnologia e pequena dimensão financeira, porém possuem significativa participação no emprego local. Já a região Centro Sul é reconhecida por complementar, em certa medida, a estrutura produtiva do Médio Paraíba, devido à sua semelhança com a indústria dessa região e sua proximidade física ao município do Rio de Janeiro. Seus principais setores compreendem o de material de transportes, alimentos e papel e papelão.

Por fim, na região Norte fluminense, uma das que mais tem recebido investimentos industriais, nos últimos tempos, destacam-se os setores petroquímico, de materiais não metálicos e de alimentos. Como destacado anteriormente, esta região possui uma importância especial para o estado do Rio de Janeiro, devido à atividade de extração de petróleo, na bacia de Campos. Segundo Silva (2012), sem essa economia, a participação da indústria no PIB estadual, em 2006, reduziria de 49,7% para 34,4%. Já na região, essa participação passaria de expressivos 89,8% para 21,8%

A indústria do petróleo da região Norte tem ensejado expectativas positivas quanto à interiorização de setores produtivos capazes de gerar maior diversificação econômica e encadeamentos dinâmicos. De fato, essa indústria foi responsável pela alteração das taxas de participação relativa das regiões do estado do Rio de Janeiro e possui grande potencialidade indutora de encadeamentos. Contudo, para que seja possível compreender se esta indústria vem contribuindo para o desenvolvimento regional, uma análise acerca dos recentes dados da economia fluminense se faz necessária. Com isso, a próxima seção traz um estudo sobre a dinâmica econômica do estado, no período recente.

1.3. Dinâmica econômica do ERJ no período de 1990 a 2012

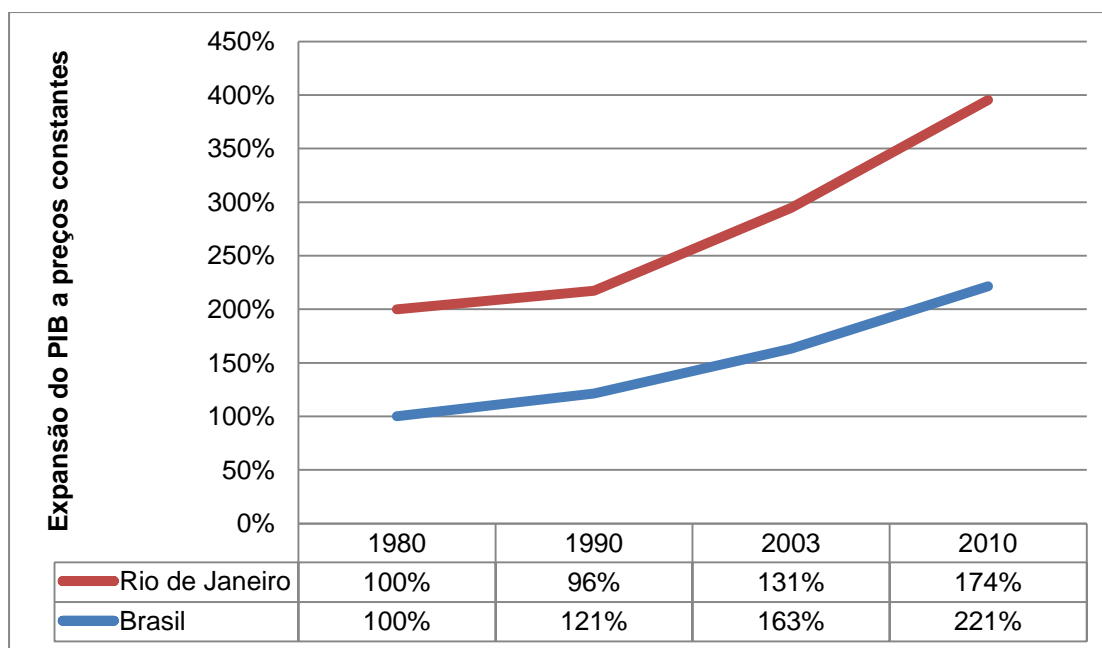
A descoberta de petróleo no norte do estado constituiu o seu maior marco nas últimas décadas, implicando mutações na concentração do PIB interno e na divisão espacial do trabalho estaduais. Como visto na seção anterior, desde o II PND (1975-1979), que previa a desconcentração produtiva nacional, relevantes investimentos foram atraídos para o interior do ERJ, com destaque para a pesquisa e exploração de petróleo na Bacia de Campos (região Norte Fluminense). Apesar da inserção de outras importantes indústrias, como a usina nuclear de Angra dos Reis, foi a produção de petróleo a atividade que mais contribuiu para mudanças no contexto econômico estadual no período recente.

Já em 1977, a produção de petróleo em Campos tem início e, em 1980, são descobertos os grandes campos de Albacora, Marlim e Barracuda. Posteriormente (1996), a Petrobras descobre o maior campo na camada do pré-sal, o Roncador. Tais descobertas, aliadas ao cenário internacional positivo para a comercialização de commodities contribuíram para transformações profundas na estrutura produtiva fluminense.

As quantias movimentadas pela indústria do petróleo são extremamente elevadas e a potencialidade deste setor gerar encadeamentos interindustriais revelam grandes expectativas em relação ao crescimento econômico fluminense. Para que seja possível concluir em que sentido caminham as citadas mudanças, a presente seção traz uma análise acerca dos principais dados capazes de demonstrar a qualidade do crescimento da economia estadual.

O gráfico 1 evidencia a retomada do ritmo expansivo das economias brasileira e fluminense, a partir de 1990. Tendo como base os valores do PIB a preços constantes do ano de 1980, o ERJ experimentou um crescimento de 74%, enquanto que o Brasil cresceu em 121%, ambos em 2010.

Gráfico 1- Expansão do PIB a preços constantes Brasil e ERJ 1980-2010



Fonte: IPEA data

O ERJ manteve taxas positivas de crescimento do PIB entre 1995 e 2011, como aponta a tabela 1, mantendo a segunda posição na participação do PIB nacional, atrás somente de São Paulo. A participação fluminense no PIB do Brasil, entretanto, não sofreu grandes alterações, permanecendo em cerca de 11%.

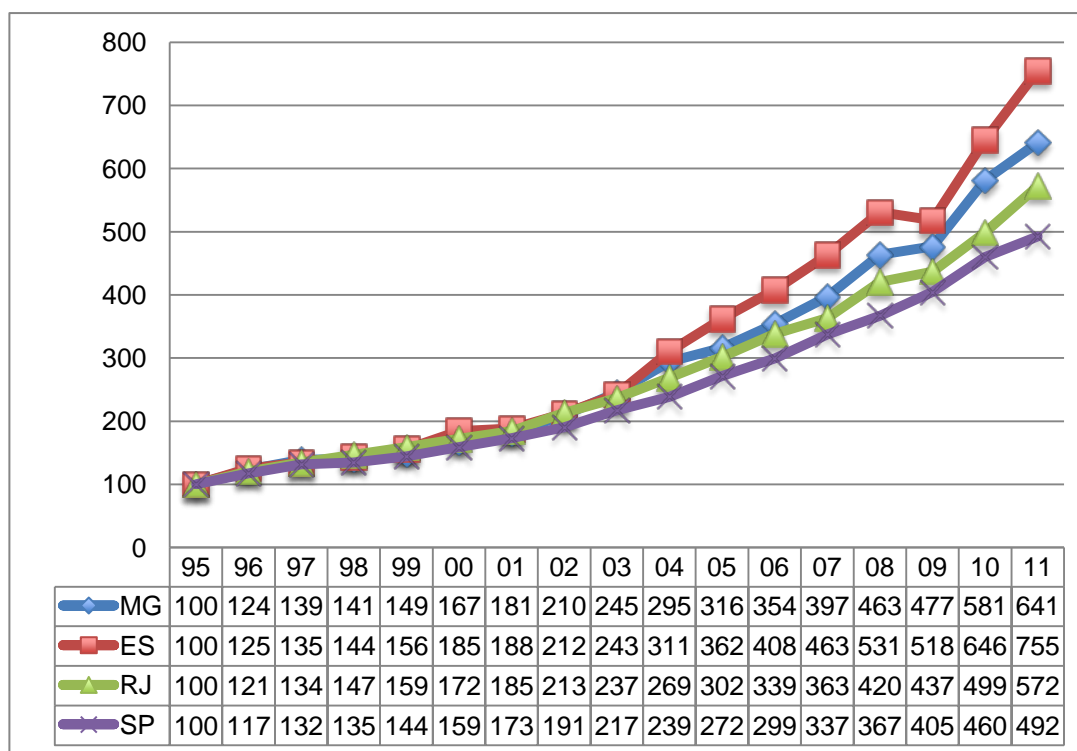
**Tabela 1- Produto Interno Bruto ERJ e Participação Fluminense no PIB Brasil
(1995-2011)**

Ano	Rio de Janeiro		PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto		
	Volume		
	Índice 1995= 100	Variação Anual (%)	
1995	100,00		11,19
1996	100,99	0,99	11,22
1997	101,95	0,95	11,12
1998	102,75	0,78	11,66
1999	103,20	0,44	11,95
2000	105,86	2,57	11,85
2001	106,78	0,87	11,68
2002	110,87	3,82	11,60
2003	109,64	-1,11	11,06
2004	113,17	3,22	11,48
2005	116,51	2,95	11,50
2006	121,15	3,99	11,62
2007	125,53	3,62	11,15
2008	130,74	4,15	10,32
2009	133,30	1,96	10,92
2010	139,25	4,46	10,80
2011	142,22	2,13	11,16

Fonte: CEPERJ

No contexto do Sudeste, no gráfico 2, São Paulo (SP) aparece com desempenho inferior ao Rio de Janeiro, Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG). Tal fenômeno pode ser explicado pelo cenário internacional benéfico à comercialização de commodities e pelas políticas de interiorização da produção nacional, implementadas no II PND. Os dados relativos ao decréscimo da participação de São Paulo no PIB nacional constituem consequência destas políticas. Enquanto isso, MG e RJ, por possuírem abundantes reservas naturais, se viram beneficiados pela expansão da demanda por produtos primários.

**Gráfico 2 - Taxas de crescimento das UFs Região SE
(1995-2011)**



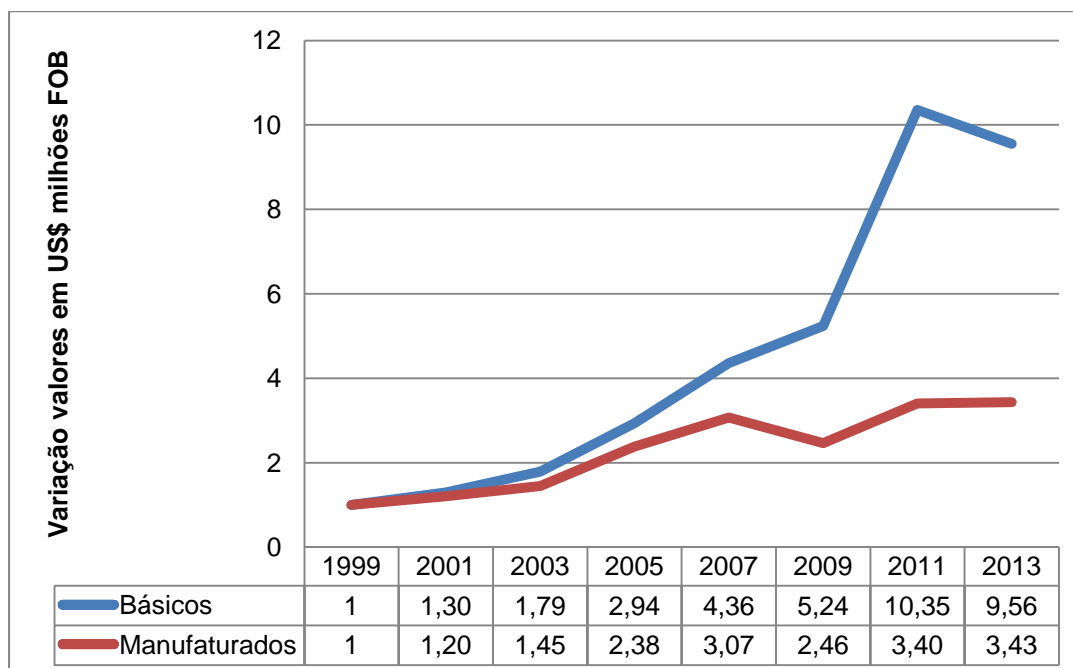
Nota: MG- Minas Gerais; ES- Espírito Santo; RJ- Rio de Janeiro; SP- São Paulo

Fonte: Contas Regionais, IBGE

O cenário internacional, favorável à comercialização de commodities, principalmente, a partir de 2003, devido ao aumento dos preços internacionais, parece constituir a principal causa para as taxas de crescimento apontadas no gráfico 2. Os estados produtores têm sido beneficiados pelos contextos nacional e internacional.

Os dados referentes à exportação de produtos brasileiros confirmam tal afirmativa, como pode ser observado no gráfico 3. Com base nos valores das exportações de 1999, os dados revelam que os produtos manufaturados sofreram uma variação de 3,43 entre 1999-2013. Enquanto isso, os produtos básicos tiveram participação cada vez mais ativa na pauta de exportações, ao variar positivamente em 9,56 no mesmo período. Tais informações apontam para um possível processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, que vem estimulando o crescimento econômico de estados produtores de bens primários, como o RJ, MG e ES.

Gráfico 3 - Variação da Exportação Brasileira por Fator Agregado 1999-2013



Fonte: DEAEX, MDIC

Por outro lado, a tabela 2 evidencia que, apesar do decréscimo da participação no PIB nacional, São Paulo ainda compreende 41,8% do PIB da indústria de transformação da região sudeste, já o ERJ responde por 6,1%. Enquanto a participação relativa da indústria extrativa fluminense expandiu de 17,1%, em 1995 para 39,8%, em 2011, a de transformação teve uma baixa variação de 5,9% para 6,1%. Além disso, as demais atividades fluminenses analisadas na tabela apresentaram decréscimo de participação no PIB nacional, evidenciando que o principal setor responsável pela manutenção da taxa de participação fluminense no produto nacional, entre 1995 e 2011, foi a indústria extrativa.

Tabela 2 - Participação (%) por atividade econômica do Sudeste e UFs no produto nacional 1995, 2011

Participação SE e UFs no valor adicionado bruto nacional a preços básicos (%)								
Atividades econômicas	SE		MG		SP		RJ	
	1995	2011	1995	2011	1995	2011	1995	2011
Total	58,1	54,4	8,6	9,6	36,6	31,4	11,2	11,2
Agropecuária	33,7	31,7	17,3	16,1	10,4	12,1	1,6	0,9
Indústria extrativa	59,6	73,4	30,2	18,9	5,2	2,5	17,1	39,8
Indústria de transformação	64,6	59,6	8,5	10	48,7	41,8	5,9	6,1
Construção civil	59,4	51,3	7,6	10	35,7	28,1	13,4	11,1
Produção de distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	63,8	44,6	9,8	10,9	44,9	25,3	8,4	8,1
Comércio	59,5	51,5	8,3	8,6	39,5	32	10,1	8,6
Interm. financ., seg e prev complementar e serviços relacionados	67,7	66,9	5	6,6	50,5	50	11,6	9,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	44,6	40	7,3	8	20,7	17,8	14,6	12,4
Outros serviços	61,4	61,7	8,3	8,2	37,2	39	14,5	12,9

Fonte: IBGE, Contas regionais

A especialização de uma economia em setores extrativos, entretanto, pode ser grande obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico da região em que este se insere. O termo “maldição dos recursos naturais” é utilizado recorrentemente para evidenciar tal fenômeno.

Uma economia com abundantes recursos naturais, como o caso da fluminense, incorre riscos de sofrer consequências negativas relacionadas à atividade extrativa. Como visto na seção 1.1, a contenção dos efeitos regressores da inserção de um setor de atividade econômica em uma região, encontra-se estritamente relacionada à capacidade de formação de encadeamentos interindustriais. Logo, para que a indústria do petróleo não constitua um enclave, mas promova o desenvolvimento regional, é indispensável que ela induza o crescimento/surgimento de novos setores econômicos, nas diversas regiões do estado.

Uma análise acerca de uma possível inflexão econômica no território fluminense, portanto, perpassa necessariamente pela averiguação da qualidade de seu crescimento. A ausência de diversificação produtiva e de integração inter-setorial e entre as diversas partes do território impede o

desenvolvimento regional e torna a economia extremamente vulnerável a fatores externos, tais como as variações no comércio externo e no câmbio. Dessa forma, a seguir os dados de crescimento econômico serão analisados de acordo com sua composição por atividade econômica e pela participação das diversas mesorregiões do ERJ.

A tabela 3 traz a participação percentual das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) do ERJ. Como expresso na tabela, o setor industrial é o que mais tem crescido na economia fluminense, nas últimas décadas. Enquanto sua participação no VAB estadual aumentou de 19,55% (1995) para 30,39% (2011), os demais setores (serviços e agropecuária) sofreram redução relativa.

Tal fenômeno encontra-se estreitamente relacionado à expansão da indústria extrativa, que representou o maior crescimento na participação do VAB estadual, passando de 1,25%, em 1995, para 14,49%, em 2011. A indústria de transformação, por sua vez, sofreu redução na participação relativa de 9,8% para 7,97%, no mesmo período. Já a participação das demais ramificações do setor industrial, ou sofreram redução ou tiveram um crescimento incipiente, confirmando a indústria extrativa como grande responsável pelo aumento da participação da indústria no VAB fluminense.

Tabela 3 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico do ERJ (%)

Atividades Econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)				
	1995	1999	2003	2007	2011
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	0,81	0,62	0,55	0,39	0,43
Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	0,23	0,15	0,24
Pecuária e pesca	0,33	0,23	0,19
Indústria	19,55	20,99	26,06	29,89	30,39
Indústria extrativa	1,25	2,73	7,95	12,25	14,49
Indústria de transformação	9,80	9,73	10,06	10,04	7,97
Construção civil	6,55	6,24	5,56	4,84	5,71
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,96	2,28	2,49	2,75	2,22
Serviços	79,64	78,40	73,39	69,72	69,18
Comércio e serviços de reparação e manutenção	10,57	7,54	9,41	9,89	10,67
Alojamento e alimentação	1,60	2,20	2,77
Transportes, armazenagem e correios	4,76	4,54	5,43
Serviços de informação	4,82	5,21	4,60
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	9,38	6,83	6,68	6,26	6,10
Serviços prestados às famílias e associativas e serviços domésticos	3,12	2,78	3,94
Serviços prestados às empresas	6,39	5,80	6,01
Atividades imobiliárias e aluguéis	12,25	10,07	8,43
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	20,27	19,01	18,80	18,07	18,12
Saúde e educação mercantis	4,08	3,52	3,10
Serviços domésticos	1,47	1,39	...
Outros serviços	39,42	45,02	-	-	...

Fonte: CEPERJ

A inserção de uma indústria intensiva em recursos naturais e capital, como a de petróleo e gás, representa um importante marco para a economia regional fluminense, devido ao seu potencial de espraiamento produtivo para outros setores. Entretanto, os dados da tabela 3, demonstram que o aumento de participação da indústria extrativa não tem sido acompanhado pelo da

indústria de transformação, que, inclusive, sofreu uma redução de participação no VAB estadual, durante os anos analisados.

O setor de serviços, apesar de ainda se demonstrar muito relevante para a economia fluminense, vem perdendo participação no VAB, ao longo dos anos. O já incipiente setor agropecuário também segue uma rota descendente em sua participação. Os dados expostos têm revelado uma dinâmica econômica dependente do crescimento da indústria extrativa, chamando atenção para a possível constituição de um enclave regional.

A tabela 4 apresenta dados acerca da participação percentual das regiões de Governo e Municípios do ERJ, por atividade econômica, evidenciando a dependência citada e a ausência de um maior espraiamento produtivo entre as diversas mesorregiões fluminenses. As atividades econômicas ainda permanecem concentradas majoritariamente na região metropolitana, que compreende 64,87% de participação no total das atividades do estado.

Apesar de experimentar certa interiorização produtiva nas décadas anteriores, o estado ainda possui elevada concentração de setores na região metropolitana. Em 2010, esta ainda representava 41,01% do setor industrial fluminense, sendo 23,11% referentes apenas ao MRJ. Além disso, as únicas mesorregiões que apresentaram taxas mais relevantes de participação industrial foram: o norte fluminense (28,64%), devido à exploração de petróleo e gás; as baixadas litorâneas (10,73%), devido ao reflexo da expansão da indústria do norte; e o médio-paraíba (11,96%), que possui um importante polo da indústria de transformação fluminense, compreendendo os setores automobilístico e siderúrgico, entre outros.

Tabela 4 - Participação (%) regiões e municípios, por atividade econômica ERJ (2010)

Regiões de Governo e Municípios	Participação por atividades econômicas (%)				
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Estado	100	100	100	100	100
Região Metropolitana	64,87	15,01	41,01	74,53	72,6
Rio de Janeiro	42,84	4,07	23,11	50,8	40,37
Duque de Caxias	6,77	0,55	8,7	6,06	5,33
Niterói	2,83	1,08	1,86	3,22	3,23
Nova Iguaçu	2,5	0,57	1,34	2,97	4,49
São Gonçalo	2,87	1,97	1,71	3,33	5,45
Demais municípios da					
RMRJ	7,06	6,77	4,29	8,15	13,73
Região Noroeste Fluminense	1,05	10,68	0,56	1,19	1,98
Região Norte Fluminense	12,5	20,18	28,64	6,12	6,19
Região Serrana	4,1	25,13	4,08	3,99	5
Região das Baixadas					
Litorâneas	5,94	8,55	10,73	4,05	5,27
Região do Médio Paraíba	7,35	9,74	11,96	5,53	5,42
Região Centro-Sul					
Fluminense	1,14	7,33	0,83	1,23	1,73
Região da Costa Verde	3,03	3,38	2,18	3,36	1,82

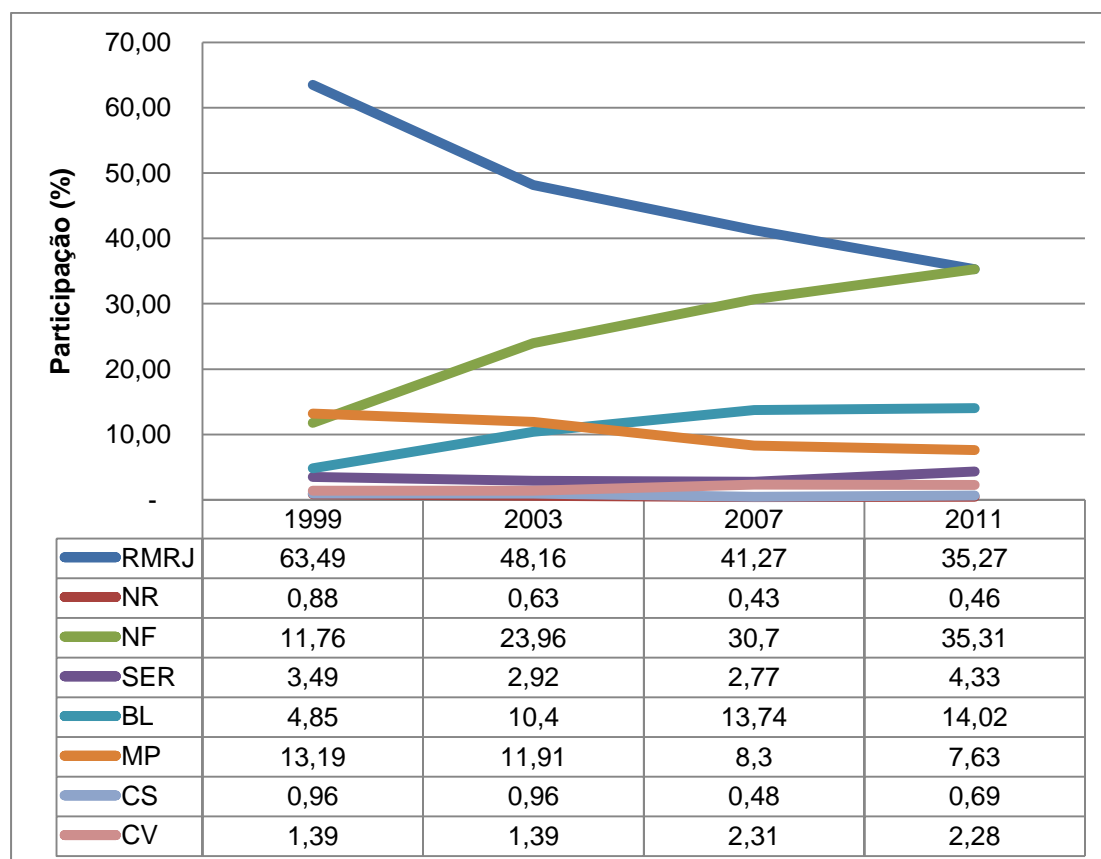
Fonte: CEPERJ

Um dado importante a se observar é que apesar da relevância da indústria do norte fluminense, a atividade serviços desta mesorregião responde por apenas 6,12% do setor no estado. Este permanece altamente concentrado na região metropolitana, que representa 74,53% de seu total no ERJ. Tais informações levam a crer que a indústria extrativa não tem induzido o surgimento de centros urbanos mais desenvolvidos no interior do estado, uma vez que o setor de serviços representa atividade tipicamente urbana. A alta concentração da indústria de transformação em poucas regiões, por sua vez, evidencia que a desarticulação produtiva do estado não foi superada.

O gráfico 6 traz a evolução da participação das mesorregiões do estado no setor industrial fluminense entre 1999 e 2011, demonstrando que a expansão da indústria extrativa não tem sido acompanhada por uma significativa dispersão da indústria de transformação. Tal fenômeno aponta

para a ausência de uma maior articulação intersetorial no ERJ, processo que seria, como visto nas seções anteriores, fundamental para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Gráfico 6 - Participação das Regiões Fluminenses no Setor Industrial (%) 1999-2011



Nota: RMRJ- Região Metropolitana do Rio de Janeiro; NR- Noroeste Fluminense ; NF- Norte Fluminense; SER- Região Serrana; BL- Baixada Litorânea; MP- Médio-Paraíba; CS- Centro-Sul; Verde; CV- Costa Verde

Fonte: CEPERJ

Enquanto a participação do setor industrial do norte fluminense aumentou de 11,76% para 35,31%, entre os anos de 1999 e 2011, as regiões Metropolitana, Noroeste, Médio Paraíba e Centro Sul experimentaram redução de suas participações. As demais mesorregiões que tiveram aumento percentual, com exceção da região serrana, por sua vez, compreendem economias altamente relacionadas e dependentes da indústria extrativa do Norte Fluminense. A indústria naval da Costa Verde tem sido altamente beneficiada pelas políticas de compra da Petrobras, que constitui

hoje o maior demandante da construção naval. Já as baixadas litorâneas possuem uma dinâmica econômica estreitamente relacionada à indústria de petróleo, devido à sua proximidade geográfica com o Norte Fluminense.

Chama atenção, entretanto, o fato de a participação industrial da região Médio Paraíba ter sido decrescente entre os anos analisados. Esta região é reconhecida pela relevância do setor automobilístico e siderúrgico. Este último, por sua vez, compreende uma atividade altamente correlacionada à indústria naval, à medida que esta é grande demandante de aço. Segundo Guedes de Jesus (2013), os países asiáticos, inclusive, fizeram uso deste entrelaçamento intersetorial de forma estratégica para alcançar a ascensão da construção naval em seus territórios.

No ERJ, entretanto, a existência destes dois setores na região não tem sido suficiente para o estabelecimento de complementaridade entre eles. O fato de a indústria siderúrgica não ter se desenvolvido na proporção da naval confirma tal afirmação. Parte significativa da produção siderúrgica do Norte Fluminense tem como destino, atualmente, o mercado internacional. A indústria naval, por sua vez, importa grande quantidade do aço utilizado em sua produção, devido aos elevados preços dos produtos nacionais. Sob essa perspectiva, torna-se clara a carência por um planejamento setorial e regional, que possibilite a integração intersetorial das regiões fluminenses.

A tabela 5 traz informações acerca dos números de unidades locais (UL), pessoal ocupado (PO) e salários (SL), por atividade no ERJ, em 2012. Tais dados chamam a atenção para uma característica da indústria extrativa: apesar do grande peso deste setor na região, a indústria de transformação compreende uma quantidade muito superior de UL e PO. Enquanto esta atividade compreendia 24.159 UL e 464.315 PO, a indústria extrativa possuía 1.129 UL e 53.793 PO, em 2012. Dessa forma, os impactos do setor de petróleo e gás sobre o mercado de trabalho regional têm se revelado modestos.

Tabela 5 - UL, PO, SL por atividade no ERJ 2012

Atividades	Número de Unidades locais	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações (R\$)
		Total	Assalariado	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	938	6.526	5.134	92.683
Indústrias extrativas	1.129	53.793	52.373	6.715.353
Indústrias de transformação	24.159	464.315	426.831	15.177.320
Eletricidade e gás	437	14.810	14.480	1.351.725
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	818	60.216	59.012	1.425.165
Construção	16.495	347.549	320.746	8.526.798
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	145.893	1.035.267	816.878	13.260.088
Transporte, armazenagem e correio	12.745	313.887	296.130	8.691.693
Alojamento e alimentação	26.272	271.297	229.713	2.835.251
Informação e comunicação	15.695	133.304	108.079	6.427.063
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	11.073	109.160	96.832	6.173.360
Atividades imobiliárias	5.726	25.971	15.812	406.025
Atividades profissionais, científicas e técnicas	27.414	179.502	132.202	6.219.424
Atividades administrativas e serviços complementares	52.272	595.049	538.854	9.129.424
Administração pública, defesa e seguridade social	917	607.818	607.765	27.767.433
Educação	13.334	307.114	289.126	8.432.708
Saúde humana e serviços sociais	16.257	246.771	218.113	4.972.718
Artes, cultura, esporte e recreação	8.104	50.402	37.867	847.833
Outras atividades de serviços	39.060	178.591	142.402	2.931.700
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	29	329	318	16.423
Total	418.767	5.001.671	4.408.667	131.400.242

Fonte: IBGE

A tabela 6 mostra que apesar do grande salto da indústria extrativa no estado, o número de empregos não evoluiu na mesma proporção. De fato, o estoque de emprego do setor praticamente dobrou entre 2005 e 2010, entretanto a indústria de transformação, apesar de vir sofrendo queda na

participação da economia estadual responde por uma quantia crescente e elevada do estoque de emprego, variando de 335.417 postos de trabalho, em 2005 para 432.531, em 2010.

Tabela 6- Evolução do estoque de emprego formal do ERJ 2005-2010

Atividade econômica	Número de emprego			
	2005	2007	2009	2010
Extrativa mineral	22.309	34.210	49.630	41.460
Indústria de transformação	335.417	377.065	395.185	432.531
SIUP	44.795	49.050	49.630	55.325
Construção civil	116.108	158.096	206.625	224.662
Comércio	615.810	682.230	735.173	788.750
Serviços	1.405.123	1.541.720	1.662.214	1.773.288
Administração Pública	623.935	798.504	729.665	740.897
Agropecuária	28.287	24.971	23.137	23.169
Total	3.191	3.665.846	3.851.259	4.080.082

Fonte: RAIS, MTE.

Tal informação possui relevante importância para a análise da dinâmica econômica, uma vez que demonstra a evolução da divisão regional do trabalho, por atividade. A tabela 7, por exemplo, aponta São Paulo como o maior formador de estoque de emprego, ao responder por 29% do estoque nacional total. Como mencionado anteriormente, São Paulo compreende a indústria de transformação mais relevante do país, representando 41,8% do total nacional, em 2011.

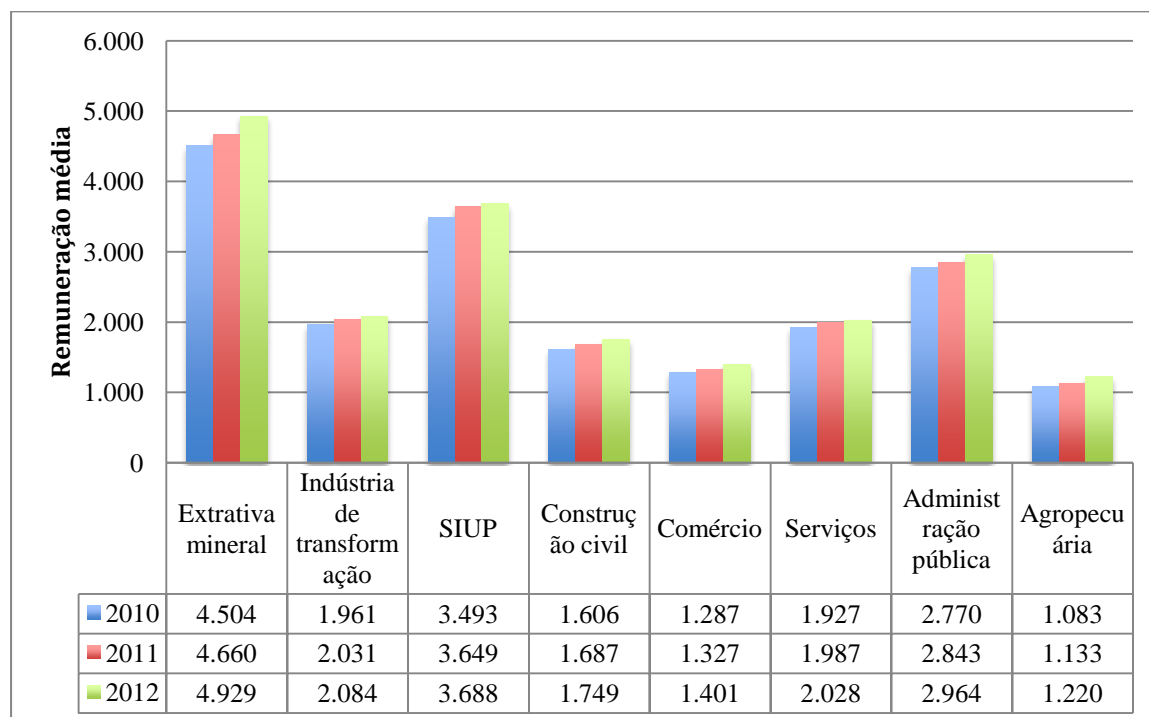
Tabela 7 - Estoque de emprego formal Brasil, SE e UF's 2011-2012

Região/ UF	Número de emprego		Participação Relativa (%)	
	2011	2012	2011	2012
Brasil	46.310.631	47.458.712	100	100
Sudeste	23.514.877	24.099.808	50,8	50,8
Rio de Janeiro	4.349.052	4.461.706	9,4	9,4
São Paulo	13.412.779	13.783.541	29	29
Minas Gerais	4.850.976	4.928.225	10,5	10,4

Fonte: DIEESE (2014)

Tais dados ilustram a maior capacidade de gerar empregos a partir da indústria de transformação em relação à indústria extrativa. Em termos salariais, a comparação com outras atividades econômicas mostra que a atividade petrolífera tem revelado um caráter seletista e restrito no que se refere ao mercado de trabalho nacional. A remuneração média real deste setor constitui o valor mais elevado entre todas as outras atividades, como explicitado no gráfico 7. A alta média salarial revela também o elevado grau de capacitação de mão de obra demandado pela indústria do petróleo e gás que, por sua vez, tem impedido a inserção da população local na atividade extrativa.

Gráfico 7 - Evolução da remuneração média real por setores de atividade econômica do Brasil (2010-2012)



Fonte: DIEESE (2014)

Dessa forma, a ideia de que a indução de espraiamento produtivo para outros setores constitui condição primordial para que a indústria do petróleo e gás tenha capacidade de iniciar um processo de desenvolvimento regional, é reforçada novamente. Os dados analisados, entretanto, revelam que isso ainda não vem ocorrendo nas mesorregiões do ERJ.

Tal fenômeno encontra-se estreitamente relacionado às práticas localistas que vêm sendo implementadas no campo político nacional. A ausência de um planejamento industrial/regional constitui o maior óbice para que a indústria extrativa fluminense contribua com a expansão/surgimento de diversos setores no estado e com a interiorização produtiva. O próximo capítulo constitui, portanto, uma análise acerca das principais características da indústria do petróleo, de sua inserção no território fluminense e das atuais políticas relacionadas ao setor.

2 CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GÁS E PERSPECTIVAS NO ERJ

2.1 Cadeia Produtiva de Petróleo e gás e desenvolvimento regional

Como visto na seção anterior, a inserção da indústria do petróleo no território fluminense impactou a economia regional em diversos sentidos. Houve incremento no PIB, aumento de emprego no setor e, principalmente, uma grande expectativa quanto a uma possível “inflexão econômica positiva”, no ERJ. Entretanto, as características peculiares dessa indústria revelaram também alguns pontos negativos em relação a especialização de uma economia neste setor, como a dinâmica seletista do mercado de trabalho e a baixa quantidade de postos de trabalho em relação à indústria de transformação, além do fator exaurível da matéria-prima em questão.

Dessa forma, para que a indústria do petróleo seja indutora do desenvolvimento regional fluminense, é indispensável que haja um espraiamento produtivo para outros setores. Para compreender de que maneira esta indústria se insere no ERJ e suas possibilidades de beneficiar a economia regional, esta seção traz uma breve exposição da dinâmica da cadeia produtiva¹ do petróleo e do gás.

Apesar de constituir uma atividade extrativa, o setor de petróleo e gás possui características específicas que o difere das demais. Desde a fase de exploração e produção até a comercialização do produto final, a indústria do petróleo envolve atividades de grande complexidade tecnológica e de variados setores, propiciando efeitos multiplicadores e potencializando o desenvolvimento da economia onde está inserida.

Existem dois segmentos segundo os quais a cadeia produtiva de petróleo é dividida: o *upstream* (montante) e o *downstream* (jusante). Ambas as fases envolvem atividades intensivas em capital e de elevado grau tecnológico, demandando desenvolvimento de tecnologia e qualificação de mão de obra.

¹ Cadeia Produtiva representa o conjunto de atividades articuladas pelas quais determinado insumo passa e é transformado até chegar ao seu estágio final. As cadeias produtivas emergem da divisão do trabalho existente entre os diversos setores da economia e da interdependência existente entre esses.

O segmento *upstream* envolve as fases de exploração, desenvolvimento e produção. Neste segmento são utilizadas diversas tecnologias e exigido alto nível de conhecimentos multidisciplinares. Desde os estudos sísmicos exploratórios até o momento da perfuração dos poços, diversos setores e tecnologias precisam ser mobilizados e desenvolvidos.

A primeira fase, de exploração, tem como principal objetivo identificar novas reservas de Petróleo e Gás (P&G). A segunda etapa, de desenvolvimento, constitui uma preparação para a fase de produção. Nela são avaliadas as condições da reserva, o potencial de rentabilidade, entre outros fatores, e é realizado o planejamento para a etapa seguinte. Por fim, a terceira fase consiste na produção, que engloba a extração do petróleo e do gás e o encerramento das atividades na reserva.

A fase de estudos sísmicos, quando envolve serviços offshore, como no caso do pré-sal brasileiro e fluminense, possui custos altos relacionados à aquisição de navios sísmicos e contratação de mão de obra qualificada. A etapa de perfuração compreende, tanto equipamentos de alto teor tecnológico (ex.: sondas de perfuração e estrutura offshore), como equipamentos de baixo valor agregado (ex.: brocas de perfuração e ferramentas de pesca). Após a perfuração, são realizadas as atividades de revestimento e complementação dos poços, envolvendo a cimentação e instalação de tubos de aço no poço. Todas as atividades descritas são contratadas pelas grandes petroleiras.

Os elos de E&P possuem grande relevância no cenário brasileiro atual, à medida que compreendem os principais investimentos da camada do pré-sal. Segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2009), a expansão dos investimentos neste segmento tem gerado grandes impactos sobre a rede de fornecedores e equipamentos, que cresceu, a uma taxa média ponderada anual de 19%, entre 2002 e 2007.

Entretanto, à medida que essas fases demandam alta tecnologia e envolvem atividades complexas e de risco, elas tendem a ser monopolizadas pelos grandes oligopólios internacionais. O seleto grupo de petroleiras ocupa o papel central nesta etapa, detendo o capital e contratando grandes empresas, geralmente transnacionais, para a prestação de serviços. Às

pequenas e médias empresas locais restam a execução de serviços de baixa qualificação e fornecimento de produtos de baixo conteúdo tecnológico.

Já o *downstream*, envolve as etapas de transporte, refino e distribuição do petróleo. Neste segmento encontram-se as maiores possibilidades de formação de encadeamentos intersetoriais, à medida que suas atividades geram efeitos sobre diversas indústrias. Enquanto o segmento *upstream* gera efeitos positivos sobre a cadeia de fornecedores de máquinas e equipamentos, à *downstream* observa-se efeitos de crescimento sobre a indústria química, especialmente sobre produtos fertilizantes e combustíveis de transporte (NEVES, 2013).

A dinâmica dos investimentos do refino segue a lógica do perfil do consumo existente. À medida que o petróleo cru pode dar origem a diversos produtos, como combustíveis e matérias-primas petroquímicas, as refinarias exercem a função de separar as frações que darão origem a cada produto específico. As atividades desta etapa agregam valor ao petróleo, devido às transformações realizadas pelos processos de conversão e de modificações realizadas por processo de natureza química.

Entretanto, segundo Piquet (2012), o desenvolvimento de uma economia regional a partir da indústria do petróleo, depende da capacidade de seu parque industrial e de sua complexidade produtiva e econômica. Caso a região não disponha de setores fornecedores, que compreendam a cadeia produtiva do petróleo ou possua capacidade ínfima, os efeitos multiplicadores da indústria do petróleo tenderão a ocorrer externamente, a partir da importação de produtos e serviços com a qualificação necessária.

Além disso, mesmo nos casos em que há formação de uma cadeia produtiva do petróleo, é possível observar grande fragilidade econômica. Isto porque este setor é altamente dependente do contexto internacional. A demanda externa gera efeitos diretos sobre a comercialização do petróleo e, conseqüentemente, sobre a economia da região em que este produto possui papel central. O preço do petróleo constitui outro fator de volatilidade, à medida que também é determinado pela demanda internacional. Logo, a especialização de uma região numa indústria sujeita a flutuações externas, como a do petróleo, torna a economia dependente e vulnerável.

As expressões “maldição dos recursos naturais” e “doença holandesa” surgem como alertas para casos mal sucedidos de inserção de uma atividade extrativa, como a do petróleo, em determinada economia. O primeiro termo é referente à dificuldade de países com abundância em recursos naturais se desenvolverem socioeconomicamente. Segundo Tolmasquim e Pinto Jr (2011), estudos empíricos revelam uma relação negativa entre abundância em recursos naturais e taxa real de crescimento do PIB e desenvolvimento socioeconômico.

Os autores trazem como justificativas para este fenômeno fatores como, a existência de gargalos estruturais na economia; leniência fiscal decorrente da elevação da receita governamental, devido à inserção de renda petrolífera; a volatilidade desta; e a “doença holandesa”. Baseado no caso holandês, este termo se refere à deterioração dos demais setores da economia, devido ao aumento das exportações gerado pela comercialização dos recursos naturais. A intensa entrada de divisas no território nacional seria responsável pela apreciação da taxa cambial e conseqüente prejuízo à competitividade dos demais setores da economia.

Como consequência destas questões, frequentemente, são observados processos de desindustrialização, estagnação econômica e aumento do custo de vida em regiões providas de abundância em recursos naturais. Ao se tratar de um recurso não renovável, como o petróleo, este cenário se torna ainda mais alarmante, demandando atenção especial das políticas de desenvolvimento.

A próxima seção trata, portanto, da indústria do petróleo no contexto fluminense, apontando para que sentido a economia regional tem caminhado desde a inserção desse setor no estado. Buscar-se-á evidenciar a relevância do ERJ para a indústria de P&G nacional, além dos principais impactos da evolução deste setor sobre a dinâmica dos setores regionais, para que seja possível concluir se a economia tem experimentado uma diversificação produtiva e uma interiorização integradora, que induzam o processo de desenvolvimento regional.

2.2. Setor do Petróleo no ERJ

Atualmente, o Brasil ocupa o 15º lugar no ranking mundial das maiores reservas provadas² de petróleo. Entretanto, as recentes descobertas, no ambiente do pré-sal, possibilitadas pelos programas de pesquisa da Petrobras, têm revelado tanta potencialidade que, segundo Tolmasquim e Pinto Jr (2011), espera-se que, assim que essas reservas forem consideradas provadas, o Brasil se torne um dos dez maiores produtores de petróleo do mundo.

Desde o início das atividades da Petrobras em busca por novas fronteiras exploratórias, as reservas provadas de petróleo do país passaram de 217 milhões de m³ de petróleo, em 1980, para 2.435 milhões, em 2012, segundo ANP; PETROBRAS (apud riocapitaldaenergia.rj.gov.br, 2014). Através da atuação de seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), a Petrobrás foi capaz de desenvolver um elevado nível de conhecimento tecnológico na exploração em águas profundas, se tornando líder na exploração de petróleo em alto mar.

O ERJ, por sua vez, constituiu desde o início, um importante ambiente de experimentação para as tecnologias e E&P desenvolvidas pela Petrobras. Em 1977, a produção comercial de petróleo offshore tem início na Bacia de Campos (região Norte Fluminense) e, nas décadas de 1980 e 1990 são descobertos os gigantes campos de Albacora (primeiro campo gigante descoberto em águas profundas no país), Marlim, Barracuda e Roncador, entre outros.

Atualmente, o ERJ é o maior produtor de petróleo do país, sendo responsável por 561.482 mil barris de petróleo do total nacional de 688.363 mil barris, ou seja, 74,5% da produção nacional de petróleo, como aponta a tabela 8. Já a tabela 9, traz a participação das UFs na produção de gás, revelando novamente o Rio de Janeiro como principal produtor com 10.344,4 milhões m³ do total da produção nacional de 25.832,2, ou seja, 40% da produção nacional de gás natural.

² Reservas provadas são aquelas que podem ser estimadas e recuperadas com elevado grau de certeza, a partir da realidade tecnológica e econômica.

Tabela 8 - Produção de Petróleo por UF (2012)

UF	Produção de Petróleo (mil barris)	
	Mar	Terra
Amazonas		12.283
Ceará	1.919	457
Rio Grande do Norte	2.785	18.966
Alagoas	81	1.647
Sergipe	3.200	11.547
Bahia	307	15.712
Espírito Santo	107.666	5.435
Rio de Janeiro	561.482	-
São Paulo	10.921	-
Paraná	-	-
Total	688.363	66.046

Fonte: ANP

Tabela 9 - Produção de gás natural por UF (2012)

UF	Produção de gás natural (milhões m3)	
	Mar	Terra
Amazonas	-	4.188,30
Maranhão	-	0,4
Ceará	27,2	0,4
Rio Grande do Norte	305,1	258,1
Alagoas	53,2	508,5
Sergipe	927	102,8
Bahia	2.245,90	970,8
Espírito Santo	3.814,30	93,6
Rio de Janeiro	10.344,40	-
São Paulo	1.992,10	-
Paraná	-	-
Total	19.709,30	6.122,90

Fonte: ANP

Além disso, espera-se um aumento ainda maior da produção do ERJ, a partir da exploração da camada do pré-sal. As descobertas em águas ultraprofundas brasileiras encontram-se entre as maiores que ocorreram nas últimas três décadas, no mundo, e o estado fluminense também fora contemplado com esse fato, à medida que parte dos 120.000 Km² de

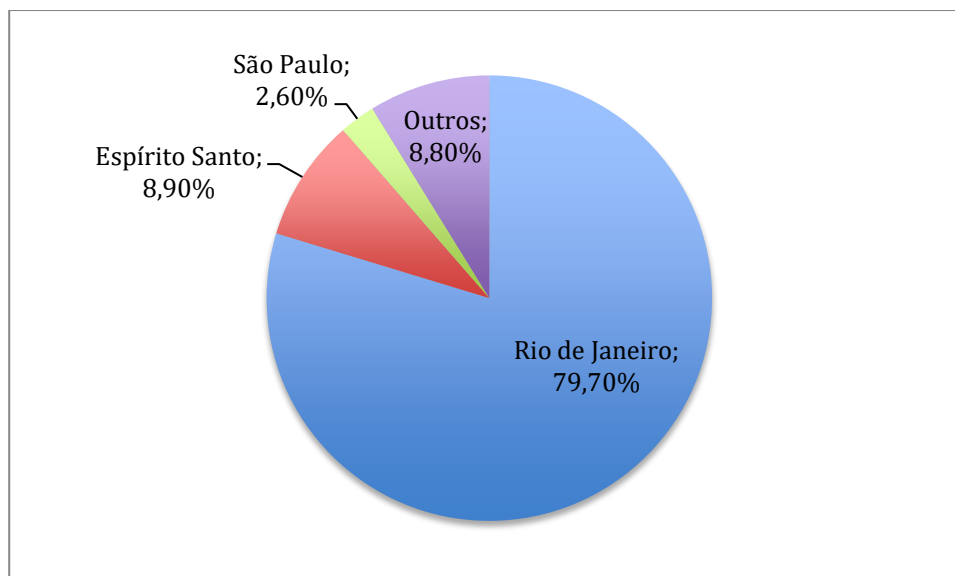
província petrolífera do pré-sal, se localiza no ERJ, envolvendo a Bacia de Campos, já maior produtora do país.

A relevante participação do estado no segmento *upstream* da cadeia produtiva do petróleo tem, como visto nas seções anteriores, despertado grandes expectativas em relação a uma “inflexão econômica positiva” na região. Entretanto, cabe ressaltar novamente, que o desenvolvimento regional dependerá da capacidade desta indústria gerar espraiamento produtivo e encadeamentos intersetoriais, de forma a estabelecer uma interiorização integradora.

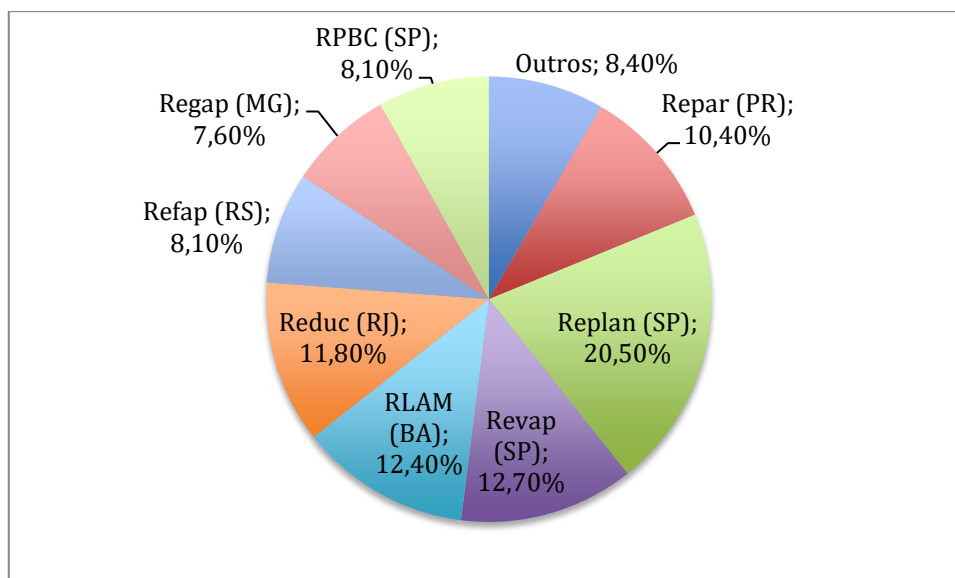
Como apontado na seção 2.1, é à *downstream* que se encontram as maiores possibilidades de diversificação produtiva e encadeamentos intersetoriais da indústria do petróleo. Entretanto, quando se trata desse segmento, o ERJ possui uma participação ainda tímida frente aos seus expressivos resultados no upstream.

Apesar de o ERJ representar quase 80% das reservas provadas de petróleo do Brasil, as atividades de refino em território fluminense possuem uma relevância relativa pequena, respondendo por pouco mais de 11,8% da produção nacional, em 2012, como apontam os gráficos 8 e 9. Neste segmento, São Paulo desponta com as principais refinarias do país, como a Replan e a Revap, que representaram, respectivamente, 20,5% e 12,7% do refino de petróleo no país, em 2012.

Além disso, como visto na seção 1.3, os demais setores da indústria fluminense não têm acompanhado o crescimento do setor petrolífero, corroborando a baixa participação do estado nos setores *downstream* da cadeia produtiva do petróleo. Tal fenômeno reflete que a indústria de P&G tem encontrado gargalos para o estabelecimento de um maior espraiamento produtivo no estado.

Gráfico 8 - Distribuição das reservas provadas de petróleo por UF, em% (2012)

Fonte: ANP

Gráfico 9 – Participação das refinarias brasileiras no refino de petróleo, em % (2012)

Fonte: ANP

A Petrobras³, maior *player* tanto no *upstream* como no *downstream* da cadeia produtiva de petróleo do país, possui apenas uma refinaria no ERJ, a Reduc. Tal dado torna-se alarmante, à medida que, segundo ANP (2014),

³ Apesar da abertura do setor petrolífero nacional, em 1997, que permitiu a execução das atividades de E&P por grandes petroleiras estrangeiras, no território nacional, a Petrobras foi responsável por 91,7% da produção de petróleo nacional e por 95,6% da produção nacional de gás natural, em 2012, segundo ANP (2014).

das atuais 16 refinarias do país, 12 são da Petrobras. Além da Reduc, o ERJ conta com uma refinaria privada, Manguinhos, porém, esta última possui uma capacidade baixa de refino, respondendo por parte ínfima da produção nacional, como aponta a tabela 10.

Tabela 10 - Refinarias brasileiras por UF e Produção (2013)

Refinarias	UF	Petróleo refinado m3 (2013)	
Petrobrás	Lubnor	CE	3.070.465
	Recap	SP	19.511.545
	Reduc	RJ	88.957.808
	Refap	RS	72.457.138
	Regap	MG	54.604.710
	Reman	AM	14.196.802
	Repar	PR	71.207.338
	Replan	SP	155.609.993
	Revap	SP	84.247.498
	Rlam	BA	102.270.223
	Rpbc	SP	64.155.566
	Rpcc	RN	13.604.207
Privadas	Dax Oil	BA	449.966
	Manguinhos	RJ	100.942
	Riograndense	RS	5.732.524
	Univen	SP	23.417

Fonte: ANP

A baixa participação do estado nas atividades *downstream* constitui grande obstáculo para o estabelecimento de articulações entre os diversos setores da região fluminense. À medida que o investimento em novas refinarias, assim como nas demais etapas da cadeia produtiva de petróleo, possuem pouca liquidez e elevado risco, raramente o capital privado se insere nestas atividades sem que haja uma parceria com o governo, ou no caso brasileiro, com a Petrobras. À despeito disso, além das duas refinarias atuais, localizadas na RMRJ, há apenas um projeto da Petrobrás na área de refino para o ERJ, o Comperj, localizado em Itaboraí, também na RMRJ.

Além disso, as principais atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da cadeia de P&G permanecem concentradas no CENPES, na Ilhão do Fundão, no MRJ. A concentração das atividades mais relevantes do setor

na região metropolitana revela a incapacidade de a indústria petrolífera fluminense induzir uma interiorização integradora, permanecendo os centros decisórios e as atividades de P&D concentrados na RMRJ.

No que se refere às articulações intersetoriais *upstream*, algumas iniciativas têm apresentado resultados positivos para os setores fluminenses, como é o caso da indústria naval.

O Brasil constitui, atualmente, um dos maiores demandantes de plataformas *offshore* do mundo. Segundo BNDES (2009), a Petrobrás possui 109 plataformas em operação e, até 2015, demandará 36 novas. Tal demanda tem sido responsável pela reestruturação da indústria naval fluminense, que perdera dinamismo por décadas. Duas das principais construtoras de plataformas estão localizadas no ERJ, a Brasfels (Angra dos Reis) e a Jurong Mauá (Niterói).

A indústria do petróleo possui papel central no reestabelecimento da construção naval fluminense, entretanto, não foi capaz de torná-la independente de sua demanda, a ponto de estabelecer um desenvolvimento sustentado. Os estaleiros fluminenses permanecem pouco competitivos no contexto internacional e, caso esse cenário não se modifique, a redução da demanda da indústria do petróleo poderá causar impactos negativos sobre a produção no estado.

Além disso, não foi possível observar o estabelecimento de articulações intersetoriais entre as diversas mesorregiões fluminenses. Apesar de o ERJ possuir um relevante parque siderúrgico, na região do Médio-Paraíba, não existem articulações expressivas entre esta indústria e os setores petrolífero e naval. Novamente, a baixa competitividade do produto regional frente aos internacionais tem se mostrado um óbice para o atendimento da demanda no país.

Através da análise de dados sobre a exportação fluminense, é possível observar que a indústria do petróleo não vem contribuindo de forma expressiva para a diversificação produtiva do estado. Segundo Pereira (2012), o ERJ passou da nona para a terceira posição no ranking nacional dos estados exportadores. Tal fato, entretanto, encontra-se estreitamente ligado à exportação de óleos brutos de petróleo, não podendo representar a ascensão da economia como um todo.

Ainda segundo Pereira (2012), este produto representou sozinho 68% do total exportado no estado e 99,8% das exportações de produtos básicos, em 2011. Enquanto isso, a indústria de transformação respondeu por apenas 29,3% das exportações fluminenses, revelando o alto índice de concentração da pauta exportadora do estado. Tal fenômeno, como visto na seção anterior, é alarmante, pois uma pauta concentrada em um único produto, principalmente tratando-se de uma commodity, torna a economia regional vulnerável.

À medida que a indústria petrolífera não tem conseguido, de forma expressiva, converter seu dinamismo expansivo em ramificações para outros setores da indústria estadual, novos segmentos modernos tem sido implementados no estado, em contraste com a permanência de setores tradicionais, aprofundando ainda mais a heterogeneidade estrutural existente no território fluminense e reforçando o risco de formação de mais um enclave econômico na região (SILVA, 2012).

Além disso, mesmo as regiões próximas à bacia de Campos, tem sido mais impactadas pelo recebimento de royalties e participações especiais do que pela formação/expansão de setores produtivos. O fato de a produção petrolífera da região ser *offshore*, associado à ausência de um planejamento político de desenvolvimento regional, impede que a indústria petrolífera desenvolva maior capacidade de arraste produtivo dos setores pré-existentes no estado.

A participação das empresas locais na cadeia produtiva do petróleo é ínfima e as relevantes atividades da PETROBRAS, como visto permanecem, majoritariamente, no município do Rio de Janeiro (MRJ), dentro do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os maiores fornecedores, especializados em alta tecnologia, da indústria petrolífera também estão localizados nos maiores centros, como São Paulo, e, segundo especialistas, dificilmente se transferirão para as regiões de extração do norte fluminense (SOBRAL, 2007).

Mesmo os municípios produtores, que têm experimentado impactos econômicos desde a inserção da indústria do petróleo na região, não observaram mudanças no nível de desenvolvimento. De acordo com as

análises de Monteiro (2012), estes municípios não experimentaram melhoras de infraestrutura e, em sua maioria, os impactos econômicos foram limitados.

Como visto na seção 1.3, a indústria extrativa da bacia de Campos não tem sido indutora de encadeamentos capazes de formar redes urbanas mais sólidas. Mesmo na região Norte, os investimentos encontram-se concentrados em determinados municípios, como Campos dos Goytacazes e Macaé.

Chama a atenção também o baixo nível de absorção dos trabalhadores locais nas atividades desta cadeia produtiva. À medida que a indústria do petróleo demanda alta qualificação da mão-de-obra, as empresas tendem a trazer profissionais de outras regiões para integrar suas equipes. Dessa forma, não raro, é possível observar um aumento exponencial da população, acompanhado pela marginalização da população pré-existente.

A indústria do petróleo tem modificado o perfil da economia fluminense, através do incremento do PIB e dos orçamentos públicos, da geração de postos de trabalho e da inserção de um novo perfil empresarial, em diversas regiões do estado. Entretanto, os demais setores da economia não têm acompanhado o ritmo de expansão da indústria do petróleo, revelando concentração em setores específicos, integrantes da cadeia produtiva do petróleo. Segundo Sobral (2013), apenas três setores representaram metade da indústria de transformação em 2007: derivados de petróleo e álcool, metalurgia básica e outros produtos químicos.

Com isso, torna-se evidente a dificuldade de a indústria do petróleo gerar interiorização e diversificação produtiva no ERJ. A economia fluminense tem se tornado muito dependente do aproveitamento de recursos naturais. Enquanto a indústria de transformação encontra-se quase estagnada, a atividade petrolífera apresenta uma expansão crescente.

Tais informações levam a crer que a base industrial fluminense apresenta, atualmente, uma tendência de especialização estrutural, com base na indústria extrativa. Entre 1995 e 2007, os setores da indústria fluminense de bens de consumo duráveis e bens de consumo de capitais só apresentaram evolução no Valor de Transformação Industrial (VTI) nacional, graças às indústrias automobilística e naval, sendo esta última sustentada

pelas demandas da Petrobrás. Já os bens intermediários e de consumo não duráveis, se mantiveram estáveis e apresentaram retrocesso relativo, respectivamente. O setor de bens de consumo não duráveis, que, em 1996, detinha o maior peso da estrutura da indústria de transformação fluminense, tem sofrido, portanto, um processo de debilitação (SOBRAL, 2007).

Dessa forma, é inegável que o desenvolvimento regional, a partir da expansão da indústria do petróleo não se dará na ausência de um plano político de dimensões regional e nacional e não apenas local. O planejamento de articulações econômicas, coordenado e intencionado, que envolva setores já estabelecidos no estado, é indispensável para que a economia fluminense alcance competitividade e poder de arrasto produtivo. Para tanto, não apenas os agentes políticos locais devem ser envolvidos nesse processo, como também os regionais e nacionais.

Como visto anteriormente, o desenvolvimento regional a partir desta indústria só será possível se este setor for capaz de gerar diversificação produtiva no estado. A tendência de especialização estrutural atual, apesar de ter revelado incremento para alguns setores, torna a economia muito vulnerável às flutuações de um único setor, o petrolífero.

Nesse sentido, as políticas públicas possuem um papel fundamental, impedindo os efeitos negativos da indústria do petróleo e potencializando os aspectos positivos. A seção 2.3 traz, portanto, uma análise acerca das principais iniciativas do governo, atualmente, que tenham como foco a diversificação produtiva e o estabelecimento de encadeamentos intersetoriais da indústria fluminense.

2.3 Mapeamento das Atuais Políticas de Diversificação Produtiva no ERJ e Perspectivas

O setor do petróleo representa, hoje, o maior sustentáculo da indústria fluminense. Sua alta capacidade de gerar encadeamentos, associada ao seu elevado nível de produção na região, revela uma grande oportunidade de crescimento para a economia do estado, que permanecera estagnada por décadas. Como visto nas seções anteriores, entretanto, para que tal fenômeno seja indutor de desenvolvimento é fundamental que ele seja capaz de desencadear o fortalecimento do restante da indústria do estado.

A cadeia produtiva do petróleo possui grande poder de arrasto, à medida que se desdobra por diversos setores, e envolve tecnologia de ponta e grandes empreendimentos. O potencial de crescimento de uma economia a partir desta indústria é, portanto, positivo. Por outro lado, por se tratar de uma atividade extrativista, pode se reverter em um enclave econômico, caracterizado por extrair recursos naturais, sem a contrapartida do desenvolvimento da região onde está inserida. Dessa forma, para que a indústria petrolífera tenha poder de arrasto sobre os demais setores fluminenses, é indispensável que haja políticas públicas protecionistas, que os capacitem para competir em níveis internacionais.

Atualmente, diversas políticas têm sido implementadas neste sentido, não apenas no estado do Rio de Janeiro, mas também em âmbito nacional. As principais medidas observadas consistem em ações conjuntas do governo federal com a própria Petrobrás e têm possibilitado o crescimento de alguns setores, como o naval. Para compreender se tais medidas têm, de fato, permitido a diversificação produtiva e o desenvolvimento dos setores pré-existent da região, esta seção compreende uma análise acerca das principais políticas implementadas, atualmente.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), instituído em dezembro de 2003 pelo decreto nº 4.925, é uma iniciativa do Governo Federal, com intuito de incentivar e possibilitar uma maior participação de empresas nacionais na cadeia produtiva do petróleo, tanto no Brasil como no exterior. A implementação do programa trouxe a expectativa de aumento de competitividade da indústria nacional frente a concorrência internacional, no fornecimento de bens e serviços para as atividades de exploração e produção do petróleo.

O PROMINP tem sido responsável pelo fortalecimento e reestabelecimento de diversos segmentos industriais, que se encontravam enfraquecidos no Brasil. A indústria naval emerge como um dos mais marcantes exemplos de retomada e ampliação de atividades, que fora possibilitada pela ação do programa e pelas demandas da Petrobrás, nestes 10 anos de PROMINP. Segundo Guedes de Jesus (2013), o programa em conjunto com a Lei do Petróleo (1995), que prevê uma cláusula de conteúdo local, comprometendo as concessionárias a contratar fornecedores

brasileiros sempre que suas ofertas apresentarem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de outros fornecedores, constituem duas das principais políticas para a retomada da indústria naval brasileira.

[...] a indústria de fornecedores não entrou completamente em declínio, porque a Petrobrás, sob pressão do governo do estado do Rio de Janeiro tem aumentado consideravelmente suas encomendas aos estaleiros navais. Esta indústria está hoje reemergindo após uma depressão profunda que quase a levou à extinção. (FURTADO, 2002 apud GUEDES DE JESUS, 2013, p. 51-52)

O PROMINP contribuiu para as mudanças na estratégia de compras da Petrobrás, que a partir do primeiro governo de Lula (2003) começou a direcionar as demandas de seus empreendimentos offshore para o mercado nacional. Tais medidas foram extremamente importantes para o reestabelecimento da indústria naval fluminense, à medida que passaram a ser demandados a esta navios petroleiros, navios de apoio, plataformas e sondas, para o abastecimento do *upstream* da cadeia produtiva do petróleo.

O reestabelecimento da indústria naval fluminense possui relevante papel para o desenvolvimento socioeconômico da região, pois é intensiva em capital e em mão de obra qualificada, exigindo incremento tecnológico. O ERJ possui 3 dos estaleiros de grande porte do Brasil: EISA, localizado no MRJ, Brasfels, em Angra dos Reis e Jurong Mauá, em Niterói; sendo grande beneficiário da política de compras da Petrobras. Entretanto, algumas questões têm comprometido a sustentabilidade deste setor no território fluminense, revelando o alto grau de dependência deste em relação às demandas da indústria petrolífera.

A ausência de um setor fortalecido de navieças, na região, capaz de fornecer os insumos necessários para a construção naval, associada aos preços pouco competitivos do aço nacional, impossibilitam a formação de um encadeamento regional e a elevação do grau de nacionalização da produção. Apesar da existência de uma indústria siderúrgica consolidada no país, a porcentagem de aço importado, utilizado na fabricação dos navios nacionais é muito alta. Segundo Guedes de Jesus (2013), a subsidiária da Petrobras na área de transporte (Transpetro) vem comprando da Ucrânia, China e Coreia do Sul o aço necessário para a construção das embarcações. Quanto à

indústria de navieças, há uma iniciativa do BNDES e do Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL) para sua reestruturação. Entretanto, a continuada prática de fornecimento estrangeiro dos principais equipamentos em pacotes fechados se coloca como grande barreira para o crescimento da demanda nacional, à medida que revela preços altamente competitivos em face dos elevados valores nacionais, tornando a indústria regional incipiente.

Por outro lado, as políticas atuais têm direcionado investimentos navais para outras regiões do país. Esta indústria demanda uma cadeia produtiva concentrada territorialmente, devido às grandes dimensões de seus empreendimentos, e mão de obra especializada, com aprendizagem acumulada através do *learning by doing*. O Rio de Janeiro, apesar de possuir tradição neste segmento, concentrando alto índice de profissionais experientes e de estaleiros, tem sido preterido a outras regiões no que se refere à localização de investimentos no setor. Apenas um novo estaleiro de médio/grande porte está previsto para ser construído no estado, o OSX, no Porto do Açú (São João da Barra), ainda em implementação. Dessa forma, a participação nacional do ERJ neste setor tem sofrido reduções, ao longo dos últimos anos.

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento da indústria fluminense, a partir da cadeia produtiva do petróleo, é relativo ao estreitamento de relação entre as empresas nacionais e internacionais. O PROMINP prevê a atração destas empresas, de forma a internalizar suas produções, e promover sua associação com empresas nacionais. Com isso, espera-se que a produção interna cresça e o mercado fornecedor local se torne mais competitivo. As expectativas do PROMINP incluem uma previsão de que até 2020 sejam fabricadas no Brasil mais de 38 plataformas, 28 sondas, 146 barcos de apoio, 88 navios de grande porte e instaladas 4 refinarias de maior complexidade e capacidade. Dentre estas, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) é apontado como um dos empreendimentos a serem implantados no estado do Rio de Janeiro.

Esta medida é de grande importância, pois permite que empresas nacionais se desenvolvam, a partir da aprendizagem adquirida pela aproximação com as empresas internacionais. Para que isto ocorra,

entretanto, é indispensável que a atração destas empresas tenha como contrapartida o compartilhamento do aprendizado tecnológico. O papel de agentes internacionais deve ser definido de forma clara, tanto no que diz respeito a sua atuação na cadeia produtiva como na formação de parcerias, *joint ventures*, ou qualquer outra forma de transferência de tecnologia e capacitação. Tais elementos, entretanto, não constituem o cenário atual, que carece de políticas mais esclarecidas acerca do assunto.

A atuação do PROMINP inclui, ainda, a elaboração de um diagnóstico das indústrias locais, a fim de detectar seus principais gargalos para o fornecimento da cadeia produtiva do petróleo. A partir de então, são elaborados projetos e iniciativas com o intuito de desenvolver os fornecedores locais e a tecnologia empreendida, qualificar profissionais, facilitar o financiamento, e agir sobre os demais fatores que impactam a competitividade da indústria. O PROMINP definiu, inclusive, uma agenda tecnológica, que pretende aproximar empresas fornecedoras nacionais às instituições de ciência e tecnologia. O BNDES também atua neste sentido, através de uma parceria com a Finep e a Petrobrás, que busca incentivar projetos de inovação na cadeia de fornecedores da indústria de P&G.

O Rio de Janeiro possui um dos maiores centros tecnológicos do país, tendo grande participação na área de pesquisa e desenvolvimento. A academia fluminense, entretanto, ainda permanece distante do setor industrial, impedindo o fortalecimento das empresas nacionais, via transmissão de tecnologia e inovação. Enquanto isso, diversas multinacionais têm sido instaladas na cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com vistas a se aproximar do centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Petrobrás, o CENPES. Tais empresas visam adquirir conhecimento e tecnologia, através dessa aproximação, contribuindo para a concentração de relevantes atividades na RMRJ. Assim como o maior centro de pesquisa, as principais organizações transnacionais e as atividades empresariais da Petrobras permanecem concentradas na metrópole, mais especificamente, no MRJ, e, dificilmente serão deslocadas para o interior, de forma a promover uma interiorização integradora.

Outro ponto que merece destaque na política do PROMINP é a defesa de formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs). O programa incentiva o

desenvolvimento de APLs nos entornos dos principais investimentos da indústria do petróleo. A justificativa utilizada é a de que estes arranjos formam encadeamentos produtivos com clientes e fornecedores locais de bens e serviços. O programa tem, portanto, aprovado diversos projetos com este intuito.

De acordo com os defensores dos APLs, a concentração de produtores especializados estimula o desdobramento da cadeia produtiva, tanto a jusante como a montante, e estimula o desenvolvimento tecnológico e de inovação. Logo, este seria um interessante instrumento indutor de crescimento econômico, convergente com o *main stream* atual, que centra suas questões na dicotomia local-global. Tal visão, entretanto, relega as escalas intermediárias: estadual, regional e, até mesmo, federal. Os debates acerca dos impactos dessas atividades aglomeradas sobre a escala regional, por exemplo, são raríssimos, apontando para a carência de discussões mais amplas a respeito das políticas de desenvolvimento regional em contexto federativo, bastante conflituoso tal como o do Brasil.

Esta análise se torna primordial para que seja estabelecido um posicionamento referente às políticas de desenvolvimento dos APLs. Como visto, estes consistem em um modelo de desenvolvimento localista. A inserção de medidas neste sentido, em um país e em um estado tradicionalmente desiguais, marcados por um processo de desenvolvimento industrial altamente concentrador e pela heterogeneidade estrutural, entretanto, merece algumas ponderações. Os APLs tem como princípio o desenvolvimento de uma dinâmica endógena das atividades da comunidade em que está inserido, não incorporando qualquer visão de solidariedade regional, nem fazendo parte de um projeto de integração e desenvolvimento regional.

A adoção de políticas econômicas localistas, sem uma política central integradora que ordene o território, em escalas intermediárias, principalmente regional e federal, possui forte tendência de reconcentração econômica. Dessa forma, o desenvolvimento do eixo dinâmico da economia brasileira seria reforçado, a despeito da desintegração regional da periferia. Mesmo que fossem constituídos APLs em localidades periféricas, a tendência seria a

de formação de “ilhas de prosperidade”, em meio a uma federação esgarçada e uma nação fragmentada.

A iniciativa do PROMINP, visando promover o desenvolvimento de empresas localizadas apenas no entorno dos grandes investimentos da indústria do petróleo tende a contribuir, portanto, para o quadro de desigualdade regional, através do desenvolvimento de localidades prósperas, porém sem qualquer articulação com os demais setores do estado. No Rio de Janeiro, por exemplo, o único lócus apontado pelo PROMINP, neste sentido, é a região de Itaboraí e seu entorno, devido a futura instalação do Comperj. O programa prevê que os APLs se interconectem ao setor do petróleo e gás, através do desenvolvimento de setores específicos, como metal mecânico, eletroeletrônica, automação, equipamentos, naval- canteiros *offshore*, naval grandes estruturas e estruturas submarinas.

Tal medida, entretanto, ignora qualquer articulação com setores das demais regiões dos estados, onde esses empreendimentos estão localizados, e até mesmo do país. No caso do Rio de Janeiro, o grande pólo industrial do setor metal-metalúrgico da região do médio-paraíba (Barra Mansa e Volta Redonda), seria preterido às novas indústrias locais, próximas a região de Itaboraí, segundo a lógica dos APLs. Com isso, seriam demandados esforços para a construção de um novo setor em determinada região, enquanto há possibilidade de uma indústria pré-existente e que conta com um reduzido mercado consumidor nacional, se fortalecer e se beneficiar, fornecendo o material necessário para a indústria do petróleo e formando uma importante articulação entre as regiões do estado. Além disso, as diferenças internas do território tendem a se ampliar, à medida que a polaridade e a exclusão são crescentes, no cenário de desenvolvimento endógeno local.

A questão da distribuição e aplicação dos recursos compensatórios advindos da inserção da indústria do petróleo em determinada região, constitui mais um fator de relevância para a compreensão do papel desta cadeia produtiva sobre o desenvolvimento das economias diretamente afetadas por ela.

[...] A análise do impacto dessas receitas (dos royalties) sobre as economias locais fornece, portanto, um bom teste para entender

em que medida o Brasil e, em especial, o Rio de Janeiro é capaz de transformar riqueza mineral em desenvolvimento. (PINHEIRO; VELOSO, 2012, p. 331)

Os royalties do petróleo consistem em uma remuneração compensatória pela exploração de um recurso não renovável, devida aos entes da federação e aos órgãos da administração direta da União. À medida que as futuras gerações não terão acesso a parte exaurida da riqueza e, sendo esta direito inerente a todos, os royalties emergem como meio de compensação, capaz de desenvolver novas formas de geração de riqueza, através do crescimento de outros setores nas regiões produtoras, promovendo, assim, a justiça intergeracional. As participações especiais, por sua vez, representam uma compensação financeira relativa a rentabilidade dos campos de produção. Estas são devidas pelas concessionárias de produção e exploração nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. Ambas remunerações potencializam investimentos nas regiões produtoras, podendo induzir o desenvolvimento local. Por outro lado, o mau uso destes recursos, torna a indústria do petróleo um enclave regional, caracterizado por extrair riqueza local e pela incapacidade de arrasto produtivo.

A Lei do Petróleo (1997) elevou a participação do estado do Rio de Janeiro no recebimento de royalties, ao estabelecer que os municípios produtores deveriam receber uma parte maior dos recursos advindos da renda petrolífera, elevando a parcela de royalties de 5% para 10% do valor da produção de petróleo e criando as participações especiais. Tais medidas beneficiaram sobremaneira os municípios e estados produtores que passaram a contar com uma elevada receita advinda da atividade petrolífera.

O estado do Rio de Janeiro passou a ser o maior receptor de recursos devidos pela exploração e produção de petróleo do país. Os municípios fluminenses receberam, em 2010, o equivalente a 73% do montante pago a todos os municípios brasileiros. Para que tais recursos revelem um desenvolvimento regional, entretanto, é indispensável que os entes façam uso adequado das arrecadações. Segundo Pinheiro e Veloso (2012) “O ponto crucial para garantir o bom uso da riqueza mineral passa pelo comportamento do Estado”.

Ainda de acordo com Pinheiro e Veloso (2012), apesar das dimensões destes recursos, pesquisas sugerem que os municípios beneficiados não tiveram crescimento do PIB sistematicamente superiores aos dos não beneficiados, apontando para uma alarmante deficiência na apropriação da riqueza. Os governos locais têm se mostrado despreparados para lidar com as mudanças e com as decisões exógenas das poderosas forças que dominam a indústria do petróleo, tornando dúbio o desenvolvimento dos municípios envolvidos.

Apesar de exemplos fortemente impactados economicamente, como Macaé e Rio das Ostras, Pinheiro e Veloso (2012) chamam a atenção para o fato de nenhum dos municípios produtores ter experimentado uma mudança no patamar de desenvolvimento. Tal informação é preocupante, dada a magnitude dos recursos recebidos e o potencial de desenvolvimento gerado por uma indústria expressiva, como a do petróleo, e revela a carência por políticas públicas de desenvolvimento regional. Comumente, observa-se que os municípios produtores tiveram suas desigualdades sociais agravadas, com a inserção da indústria petrolífera, além de não terem promovidos melhoras de infraestrutura.

A mudança na estrutura produtiva das regiões que recebem a indústria do petróleo envolve a inserção de diversos setores, podendo tornar a economia regional diversificada e traçando um novo perfil socioeconômico para a região. Por outro lado, o foco dos investimentos no setor petrolífero pode levar ao atrofiamento dos demais setores econômicos, o que seria extremamente alarmante, à medida que a região se tornaria completamente dependente de uma indústria que tem como produto uma riqueza não renovável.

Apesar do aumento de arrecadação dos recursos compensatórios, análises revelam que os municípios beneficiados por royalties não promoveram melhorias de infraestrutura na saúde nem na educação. Inclusive, torna-se alarmante o fato de nenhum destes ter revelado aumento no patamar de desenvolvimento. Segundo Pinheiro e Veloso (2012), “estudos teóricos e empíricos sugerem que recursos naturais detêm o processo democrático, ajudam a perpetuar regimes autocráticos e induzem a má governança, embora isso esteja longe de um consenso” (PINHEIRO;

VELOSO, 2012, p. 332). Logo, é indispensável que o uso destes recursos seja claramente definido e adequadamente fiscalizado pelo poder público.

Além desta, outra medida institucional adotada pela Lei do Petróleo merece destaque: a cláusula de conteúdo local. Esta constitui, atualmente, um dos grandes trunfos para o estabelecimento de uma competitiva cadeia nacional de suprimentos para a indústria de P&G. Desde 2005, são exigidas das operadoras certificações de conteúdo local máximo e mínimo para as fases do *upstream*, de forma a beneficiar os fornecedores locais. Esta medida possui grande importância no desenvolvimento dos demais setores da economia, tendo sido adotada também na Noruega, exemplo virtuoso de fortalecimento econômico, a partir da indústria de petróleo e gás.

O BNDES, por sua vez, também possui papel de destaque no fomento do setor no país, a partir de suas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico das empresas fornecedoras. Em 2010, o banco criou um departamento responsável por articular as atividades de fomento e financiamento da indústria para-petrolífera. Já em 2011, foi aprovada a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Fornecedores de Bens e Serviços relacionados ao setor de P&G, que objetiva facilitar o crédito e as condições de financiamento para as empresas do setor.

Apesar das diversas ações explicitadas, o Rio de Janeiro representa o estado mais dependente do governo federal, devido às altas taxas de repasse dos royalties e participações especiais. Tal informação aponta para a carência de um planejamento que promova o desenvolvimento da economia, através da diversificação e crescimento produtivos da região. Não é possível observar, atualmente, a existência de um projeto regional integrador, que como visto no capítulo anterior, consiste importante mecanismo para o combate das desigualdades regionais. Como consequência, o espraiamento produtivo gerado pela indústria do petróleo tem sido limitado, impedindo o estabelecimento de encadeamentos intersetoriais de maior relevância entre as diversas indústrias do estado.

CONCLUSÃO

A indústria do petróleo e gás possui grande potencialidade para desenvolver uma região socioeconomicamente, devido ao seu forte poder de arrasto produtivo, capaz de mobilizar diversas indústrias e setores econômicos. O estabelecimento de encadeamentos intersetoriais aptos a gerar uma integração regional é fundamental para a superação das mazelas do subdesenvolvimento e das desigualdades regionais. A cadeia produtiva do petróleo e gás, como visto ao longo do trabalho, possui um importante papel no estabelecimento destes elos.

O ERJ, por ser o produtor mais relevante de P&G no cenário nacional e compreender setores essenciais para a cadeia de suprimentos da atividade petrolífera contém, portanto, uma grande oportunidade de se fortalecer economicamente, com a cadeia produtiva de petróleo e gás. Através das análises realizadas, no capítulo 1, acerca dos setores produtivos existentes no ERJ e, no capítulo 2, acerca das especificidades da cadeia produtiva do petróleo, é possível concluir que muitos setores fluminenses podem ser beneficiados com a expansão da indústria do petróleo no ERJ.

Afirmar que este vem sofrendo uma inflexão econômica positiva, desde a inserção daquele setor, em seu território parece, entretanto, precipitado. Apesar de os dados do PIB fluminense terem apresentado melhoras graduais desde o estabelecimento da indústria do petróleo na Bacia de Campos, este incremento não tem sido acompanhado pelo aumento da participação da indústria de transformação no PIB estadual. A análise realizada apontou que o setor responsável pelas melhorias das taxas fluminenses tem sido, majoritariamente, o petrolífero. Enquanto este apresenta taxas crescentes no PIB, a maior parte dos demais setores da economia fluminense tem respondido com taxas decrescentes.

Tal fenômeno aponta para o fato de a indústria do petróleo e gás encontrar gargalos para o estabelecimento de elos entre os demais setores fluminenses. Dentre estes, a baixa competitividade do produto regional encontra-se como um dos grandes responsáveis pela baixa participação das indústrias do ERJ na cadeia produtiva de petróleo.

Como consequência, poucos encadeamentos têm sido estabelecidos entre os setores econômicos fluminenses pertencentes à cadeia produtiva de petróleo. Já os poucos casos exitosos, como o da indústria naval, são devidos às atuais políticas do governo e da Petrobrás, que pretendem aumentar o nível de conteúdo local da produção. Tais medidas, entretanto, não têm se revelado suficientes para fortalecer estes setores, a ponto de torná-los independentes delas e internacionalmente competitivos. Como visto, as indústrias fluminense e brasileira ainda se mostram fracas frente à concorrência externa, como é o caso da indústria naval asiática.

Além disso, através dos dados levantados, é possível verificar que o ERJ ainda não obteve êxito em relação à integração regional capaz de gerar centros urbanos organizados e interligados economicamente. O que se observa é uma interiorização produtiva, porém acompanhada pela permanência de uma malha urbana esgarçada e pela ausência de conexões entre a metrópole e sua hinterlândia.

Até mesmo nas regiões onde ocorre a produção e a exploração do petróleo e do gás, como Macaé e Campos dos Goytacazes, pouco tem-se observado no sentido de desenvolvimento socioeconômico, apesar do visível crescimento econômico. Além disso, apesar da inserção de novas empresas nessas regiões, que expandiram as perspectivas da população e da economia, os governos locais permanecem muito dependentes da esfera federal, devido aos repasses de participações especiais e royalties, revelando uma grave falha na condução econômica dos municípios afetados.

Apesar das inúmeras medidas adotadas principalmente pelo governo federal, Petrobrás e BNDES, o estado fluminense ainda não alcançou a coesão regional primordial para o seu desenvolvimento. Muitos setores têm sido beneficiados graças às políticas atuais, entretanto, os elos estabelecidos têm se revelado incapazes de estabelecer uma dinâmica regional coesa.

Não apenas o ERJ, como o país, carecem de políticas de desenvolvimento regionais. Como visto no capítulo 1, estas ações constituem condição primordial para o estabelecimento de uma coesão econômica nacional e regional, capaz de minimizar as desigualdades regionais e as mazelas do subdesenvolvimento. As atuais políticas localistas adotadas no cenário fluminense e brasileiro, por sua vez, tendem a aprofundar a

heterogeneidade estrutural, através do estabelecimento de “ilhas de prosperidade” independentes das demais regiões.

É fundamental que se tenha em mente que a indústria do petróleo constitui uma atividade extrativa, incorrendo o risco de se tornar um enclave para a região em que se insere. Logo, a expansão da indústria petrolífera, por si, não constitui condição suficiente para que o ERJ alcance o desenvolvimento. Para tanto, é essencial que haja inserção dos demais setores da economia fluminense na cadeia produtiva do petróleo e que, além disso, estes setores sejam capazes de formar encadeamentos intersetoriais, de forma a gerar uma interiorização integradora.

A mera adoção de medidas isoladas não é capaz de estabelecer esta relação. As políticas atuais, apesar de terem reestruturado alguns setores da economia fluminense, não têm se mostrado suficientes para o estabelecimento de encadeamentos intersetoriais entre as diversas mesorregiões do estado. Muitas instalações, inclusive, podem ser preteridas em relação às novas, segundo a lógica das APLs, adotada pelo PROMINP.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Mônica Medanha Piquet de. **O Setor Industrial no Estado do Rio de Janeiro: uma análise espaço temporal**. 2005. 113 p. Tese (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

ANP- Agência Nacional do Petróleo

ARAUJO, Bruno Platteck; MENDES, André Pompeo do Amaral; COSTA, Ricardo Cunha da. **Perspectivas para o Desenvolvimento Industrial e Tecnológico na Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços Relacionados ao Setor de P&G**. P. In: SOUSA, Filipe Lage de (Org.). **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. 1ª edição, v. 1. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. p. 224-273.

BASTOS, Valéria Delgado. **Desafios da Petroquímica Brasileira no Cenário Global**. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, março 2009. 358 p. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/Set2909.pdf. Acesso em: 4 junho 2014.

BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório III: desenvolvimento da cadeia produtiva de petróleo e gás e investimentos em E&P**. 1ª edição. São Paulo: Bain & Company; Tozzini Freire Advogados, jun. 2009.

BRAGA, Vanessa Mesquita. **A Logística como Diferencial na Indústria do Petróleo: o caso do downstream brasileiro**. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, nov. 2004. 23 p. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/petroleo.pdf. Acesso em: 10 junho 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado**. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57- 76, jul/dez. 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf. Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 9.478, 06-08-1997. **Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências**. Brasília, DF, 1997.

CEPERJ- Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em Regiões Periféricas**. 2007. 409 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; RAIS- Relação Anual de Informações Sociais.

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Nota Técnica n° 133.

FURTADO, Celso. A nova visão do desenvolvimento: influência de alguns autores. In: FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico- estrutural**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUEDES DE JESUS, Claudiana. **Retomada da Indústria de Construção Naval Brasileira: reestruturação e trabalho**. 2013. 171 p. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica)- Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HAN, Gregório Won Suk. Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.2, p. 1-12, abril 2009. Disponível em: <http://www.fae.edu/vitrinedaconjuntura/exibe-edicoes-antiores.vm?id=68000438>. Acesso em: 15 maio 2014.

HIRSCHMAN, Albert. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LASTRES, Helena Maria Martins. **Avaliação das Políticas de Promoção de Arranjos Produtivos Locais no Brasil e Proposição de Ações**. Rio de Janeiro, Centro de Gestão Estudos Estratégicos, março 2007. 37 p. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/atividades/redirect/3975>. Acesso em: 17 maio 2014.

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; DEAEEX- Departamento de Estatística e Apoio à Exportação.

MONIÉ, Frédéric; SILVA, Gerardo (Orgs.). **A Mobilização Produtiva dos Territórios: instituições e logística do desenvolvimento local**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. 142 p.

MONTERIO, Leandro Gondim. **Apropriação e Uso Estratégico do Território: o caso do Comperj**. 2013. 106 p. Tese (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Instituto de Pesquisa e Planejamento

Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MTE- Ministério de Trabalho e Emprego; RAIS- Relação Anual de Informações Sociais.

MYRDAL, Gunnar. Tendência para as desigualdades econômicas regionais em um país. In: MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NATAL, J. L. . Inflexão econômica positiva e dinâmica regional. In: Natal, J. L. (org.) **O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica**. Rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Faperj-Pubblicati, 2005

NEVES, Augusto Marcceli Martello Panno. **O Petróleo no Estado do Rio de Janeiro: seu impacto no desenvolvimento regional entre os anos de 1990 e 2010**. 2013. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas)- Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n.2, p. 37- 48, maio/ago 2002.

PETROBRAS

PINHEIRO, Armando Castelas; VELOSO, Fernando (Orgs.). **Rio de Janeiro: um estado em transição**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 504 p.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro; Garamond, 2007. 170 p.

PIQUET, Rosélia (Org.). **Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. 222 p.

PIQUET, Rosélia. O lugar do regional na indústria do petróleo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 51-63, maio 2012.

PIQUET, Rosélia. Os efeitos multiplicadores da indústria brasileira de petróleo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 123, p. 81-97, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/499/772>. Acesso em: 25 maio 2014.

PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 310 p.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs.). **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 351 p.

PROCHNIK, Victor. Cadeias produtivas e complexos industriais. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Organização Industrial**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

QUEIROZ, Helder (Org.). **Perspectivas do Investimento em Infraestrutura**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Synergia, 2011. Vol. 1, 308 p.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio (Orgs.). **Perspectivas do Investimento na Indústria**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Synergia, 2010. Vol. 2, 343 p.

SILVA, Robson Dias da. Indústria e desenvolvimento no Rio de Janeiro: um olhar sobre a baixada fluminense e o médio paraíba. In: RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania: Baixada e Sul Fluminense**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SILVA, Robson Dias da. **Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 258p.

SIQUEIRA, Hipólita. Estrutura Produtiva e Divisão Espacial do Trabalho no Estado e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q; LAGO, L. C. **A Metrópole do Rio de Janeiro na Transição da Ordem Urbana Brasileira: 1970-2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital (no prelo).

SIQUEIRA, Hipólita. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). **Revista Eure**, Santiago, set. 2014.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A falácia da “inflexão econômica positiva”: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 53- 85, fev. 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9060>. Acesso em: 10 abril 2014.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. **Desconcentração Produtiva Regional no Brasil**: análise do estado do Rio de Janeiro-1970/2006. 2007. 162 p. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno; PINTO JUNIOR, Helder Queiroz (Orgs.). **Marcos Regulatórios da Indústria Mundial do Petróleo**. Rio de Janeiro: Synergia: EPE, 2011. 322 p.

URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). **Rio**: a hora da virada. 1ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 304 p.